

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 092/2026		Data de Abertura: 02/07/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900922026		UASG: 925302	Nº do Proc.: 20.000.501041.2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SALA SEGURA PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA QUE COMPÕEM A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA SECRETARIA (DATA CENTER), INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E PEÇAS QUE INTEGRAM A REFERIDA SALA, BEM COMO OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, FORNECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA, INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA			
Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ			
Valor Total Estimado: R\$ 6.334.814,80 (seis milhões trezentos e trinta e quatro mil oitocentos e quatorze reais e oitenta centavos)			
PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (CONTÍNUOS)			
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?	
NÃO	SIM	NÃO	
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?	
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO	
Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM	
<u>DESTAQUES</u>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência, anexo a este Edital, bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em um único lote, formado por mais de um item, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;



- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.1. sociedades cooperativas;
- 2.6.2. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos



no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
 - 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;
- 5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.5.1. Após o envio do lance, o sistema do 'compras.gov.br' computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 6.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes.apps.tcu.gov.br/emitir-certidao-inidoneos>);
- 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafipb.pdf>);
- 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.7. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 8.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



8.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

8.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

8.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

8.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

8.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

8.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

8.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbra pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

8.7.8. No caso da incidência de ICMS:

8.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

8.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

8.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

8.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

8.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. contiver vícios insanáveis;

9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.2.3.1. os valores que permanecerem acima dos valores unitários máximos fixados no Anexo I do Termo de Referência (anexo a este Edital), bem como acima dos valores totais máximos admitidos para os lotes, serão desclassificados.
- 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.



- 10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 10.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: seggti@sefaz.pb.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 10.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



- 10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.
- 10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



10.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

10.18.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- 10.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 10.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



10.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 10.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- 10.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 10.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente, comprovando:
- 10.18.3.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total}} \end{aligned}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.18.3.3.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.18.3.4. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;

10.18.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.18.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.18.4. Relativos à Qualificação Técnica:

10.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

10.18.5. Disposições gerais sobre habilitação

10.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



10.18.6. Documentos Complementares:

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes



- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail comissaoprofisco@centraldecompras.pb.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO CONTRATO

- 14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para



que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.
- 16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).
- 16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.



16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos

16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Especificações Técnicas

16.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Países Elegíveis – BID

16.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Política do Banco sobre Práticas Proibidas – BID

16.15.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Proposta de Preços

16.15.1.6. Anexo VI do Termo de Referência – Termo de Confidencialidade e Sigilo

16.15.1.7. Anexo VII do Termo de Referência – Modelo de Atestado de Vistoria

16.15.1.8. Anexo VIII do Termo de Referência – Modelo de Declaração de Renúncia de Vistoria

16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

16.15.3. ANEXO III – Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

16.15.4. ANEXO IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

16.15.5. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº **FAZ-PRC-2025/01041**

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de solução de Sala Segura para os equipamentos de informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Secretaria (Data Center), incluindo todos os componentes e peças que integram a referida sala, bem como os serviços de elaboração dos projetos executivos, fornecimento da documentação técnica completa, instalação, suporte técnico e treinamento para operação e manutenção da solução implantada, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o limite temporal e as condições de execução do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba – PROFISCO II PB, as despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos do empréstimo correspondente, e , a partir do término do referido prazo, com recursos próprios do Tesouro Estadual.
 - 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da CONTRATANTE, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.



Assinado com senha por [FAZ120879] [SENHA] CIRO MOREIRA DE MELO FILHO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 03/06/2026 - 13:44hs.

Documento Nº: 11302564-623 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=11302564-623>



FAZCAP202601077



1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025. A justificativa para sua não inclusão encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;

4.1.2. As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

4.1.3. Os produtos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu uso (tempo de uso) - Logística reversa.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 14 % (quatorze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:





GOVERNO DA PARAÍBA

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.2.2. Fornecimento, instalação, montagem e comissionamento da solução de Sala Segura (datacenter modular), compreendendo todos os seus subsistemas — infraestrutura de alimentação elétrica, UPS, racks com sistema de confinamento, climatização de precisão, DCIM, cabeamento estruturado de rede e fibra óptica, controle de acesso e CFTV, piso elevado e adequações civis —, bem como a elaboração dos projetos executivos, entrega da documentação técnica (incluindo As Built e databook) e a realização do treinamento/repasse de tecnologia.

4.2.3. A subcontratação fica limitada a:

- a). Prévia e expressa anuência da fiscalização do contrato;
- b) Apresentação, pela CONTRATADA, de documentação que comprove o credenciamento ou autorização formal do subcontratado junto ao fabricante dos equipamentos objeto da manutenção;
- c) Comprovação de que o subcontratado atende aos requisitos de habilitação exigidos na licitação, proporcionalmente à parcela subcontratada, conforme art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- d) A CONTRATADA permanece integral e solidariamente responsável perante a CONTRATANTE pela execução de todo o objeto contratual, inclusive pelos atos, omissões, encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações do subcontratado;
- e) O subcontratado não poderá, em nenhuma hipótese, transferir a terceiros a parcela subcontratada;
- f) A subcontratação não exime a CONTRATADA do cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) e dos indicadores de manutenção corretiva (severidade Crítica, Urgente e Rotina) previstos neste Termo de Referência.

4.2.3.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e subsistemas que compõem a Sala Segura, exclusivamente quando executados pelo fabricante dos equipamentos fornecidos ou por sua rede de assistência técnica devidamente autorizada/credenciada, nos termos do item 4 do





Anexo II – Especificações Técnicas, observadas as seguintes condições:

- 4.3. A admissão da subcontratação parcial justifica-se pela natureza altamente especializada dos equipamentos que compõem a Sala Segura — tais como UPS modular com tecnologia hot-swap, climatização de precisão com compressores DC Inverter/Digital Scroll, sistema DCIM e sistemas de controle de acesso e CFTV —, cuja manutenção, por exigência dos próprios fabricantes, deve ser executada por profissionais credenciados em suas redes de assistência técnica autorizada, sob pena de perda de garantia e comprometimento da disponibilidade operacional do Data Center, conforme especificado no Anexo II – Especificações Técnicas deste Termo de Referência.
- 4.4. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

- 4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no horário de 8h00 às 15h00, podendo ser agendado através do e-mail: seggti@sefaz.pb.gov.br.





GOVERNO DA PARAÍBA

- 4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.12.1. A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de sua realização;
- 4.12.2. No e-mail de agendamento, a licitante deverá mencionar o número do Edital, suas informações de contato (denominação social, endereço e telefone) e da pessoa que realizará a visita (nome completo, CPF e telefone).
- 4.13. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 5.1.2. O prazo de entrega dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Compra.
- 5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.3.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





GOVERNO DA PARAÍBA

5.1.3.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
Anexo II – Especificações Técnicas.

5.1.3.3. Após a assinatura do contrato, deverá ser marcada, em até 10 (dez) dias corridos, reunião de alinhamento para apresentação do cronograma, do preposto comercial e do preposto técnico da CONTRATADA.

5.1.3.4. Cronograma de realização dos serviços:

Etapa	Descrição	Prazo Estimado	Condição de Início	Marco Principal
Etapa 1	Mobilização inicial, reunião de alinhamento, apresentação do cronograma e equipe técnica.	5 dias corridos	Após assinatura do contrato.	Alinhamento formalizado com a CONTRATANTE.
Etapa 2	Apresentação da 1ª versão do Projeto Executivo de Montagem .	15 dias corridos	Após emissão da Ordem de Serviço (OS).	Projeto entregue para análise.
Etapa 3	Análise do Projeto pela CONTRATANTE.	5 dias corridos	Após recebimento do projeto.	Liberação ou solicitação de ajustes.
Etapa 4	Entrega da versão revisada do Projeto (se necessário).	3 dias corridos	Após solicitação de ajustes.	Projeto aprovado.
Etapa 5	Adequações do ambiente (piso elevado, pintura, vedação, porta corta-fogo).	15 dias corridos	Após aprovação do projeto.	Ambiente preparado para instalações técnicas.
Etapa 6	Instalação elétrica e infraestrutura seca (quadros, UPS, cabeamento).	20 dias corridos	Conclusão da etapa 5.	Infraestrutura elétrica homologada.
Etapa 7	Montagem de racks, climatização de precisão e cabeamento (rede/fibra).	20 dias corridos	Conclusão da etapa 6.	Sistemas físicos instalados.
Etapa 8	Instalação de segurança física (biometria, CFTV, sensores).	12 dias corridos	Conclusão da etapa 7.	Segurança ativa e monitorada.
Etapa 9	Testes integrados, comissionamento e entrega da documentação técnica.	20 dias corridos	Conclusão da etapa 8.	Ambiente homologado e documentado.





Etapa	Descrição	Prazo Estimado	Condição de Início	Marco Principal
Etapa 10	Treinamento para 10 técnicos e entrega de certificados.	5 dias corridos	Antes do recebimento definitivo.	Equipe capacitada e certificada.
Etapa 11	Entrega Final da obra com termo de Recebimento provisório e início da manutenção preventiva/corretiva, conforme contrato.	0 dias	Depois do treinamento	Solução entregue e operacional.

5.1.3.5. FLUXOGRAMA RESUMO

- Pré-Execução (Etapas 1–4): 28 dias (alinhamento + projeto).
- Execução Física (Etapas 5–8): 67 dias (infraestrutura + sistemas).
- Finalização (Etapas 9–11): 25 dias (testes + treinamento).

Observação: Todas as etapas estão vinculadas à aprovação da CONTRATANTE e ao cumprimento das normas técnicas do edital.

5.1.3.6. Métodos, tecnologias e boas práticas

O Data Center será implementado utilizando métodos e tecnologias compatíveis com as normas técnicas nacionais e internacionais, incluindo soluções em Sala Segura com racks padronizados, climatização de precisão com confinamento de ar quente, piso elevado, cabeamento estruturado, sistema de energia ininterrupta (UPS), controle de acesso biométrico, sensores ambientais e CFTV com gravação.

A execução levará em conta que a estrutura de alvenaria da sala já está finalizada, sendo necessárias apenas as demais adequações, instalações e acabamentos descritos.

Todos os projetos e a execução deverão ser realizados por profissionais capacitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe.

A CONTRATADA deverá respeitar integralmente as normas técnicas aplicáveis, bem como as regras de disciplina e segurança estabelecidas pela CONTRATANTE.

5.1.3.7. Documentação técnica





GOVERNO DA PARAÍBA

A documentação técnica deverá incluir: projetos executivos, plantas As Built, databook técnico, memoriais descritivos, certificados de ensaio e garantia, manuais de operação e manutenção e demais registros necessários.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os bens e serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 1457, CEP 58.030-001, Bairro dos Estados - João Pessoa-PB.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 16h30min.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Mobilização e Planejamento

- Apresentação do cronograma detalhado e equipe responsável em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.
- Realização de reunião inicial (kick-off) com os representantes da SEFAZ-PB para alinhar cronograma, responsabilidades e acesso ao local.

5.4.2. Instalação dos Sistemas Elétricos e de Climatização

- Montagem e energização dos quadros elétricos e UPSs.
- Lançamento dos circuitos elétricos para os racks e equipamentos.
- Instalação dos equipamentos de climatização de precisão e execução do confinamento de ar quente.

5.4.3. Montagem e Instalação dos Equipamentos

- Montagem dos racks com seus respectivos acessórios e sensores.





- Instalação do cabeamento estruturado e fibra óptica com identificação e certificação.
- Instalação e configuração dos sistemas de controle de acesso biométrico, CFTV e sensores ambientais.

5.4.4. Testes e Comissionamento

- Execução dos testes dos sistemas instalados para validação funcional e de integração.
- Elaboração dos relatórios de comissionamento e correção de eventuais não conformidades

5.4.5. Entrega da Documentação Técnica

- Elaboração e entrega dos documentos finais: projetos executivos, plantas As Built, memoriais descritivos, databook técnico, certificados, manuais e demais registros.

5.4.6. Treinamento da Equipe da SEFAZ-PB

- Realização de treinamento presencial para a equipe designada, abordando operação, manutenção básica, monitoramento e procedimentos de contingência.
- Entrega de material didático e certificados aos participantes.

5.4.7. Manutenção Preventiva e Corretiva

- Execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal, conforme contrato, após entrega final e recebimento provisório do ambiente.

5.5. Treinamento

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento inicial presencial para até 10 (dez) técnicos da CONTRATANTE, abordando operação, manutenção básica, monitoramento e procedimentos de contingência, com entrega de material didático e certificados.



5.6. Comunicação de atrasos

Caso a CONTRATADA identifique a impossibilidade de cumprir qualquer prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, para que eventual pedido de prorrogação possa ser analisado, exceto em casos fortuitos ou de força maior.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, de acordo com o dimensionamento aprovado pelo Projeto Executivo, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens:

- a)** Componentes de infraestrutura física: piso elevado, estruturas metálicas, dutos, eletrocalhas, suportes, racks, painéis e demais elementos estruturais do Data Center modular;
- b)** Equipamentos elétricos: quadros de distribuição, cabos e conectores, disjuntores, DPS, UPS, sistemas de alimentação redundante e banco de baterias;
- c)** Sistema de climatização de precisão: equipamentos de ar-condicionado específicos para Data Center, dutos, condensadoras, evaporadoras e controles automatizados de temperatura e umidade;
- d)** Sistema de controle de acesso e monitoramento: câmeras CFTV, controladoras, sensores, fechaduras magnéticas, leitores biométricos e software de gestão integrado;
- e)** Ferramentas e equipamentos técnicos: instrumentos de medição e ensaio (multímetros, termohigrômetros, analisadores de energia, certificadores de rede, etc.), devidamente calibrados;
- f)** Materiais de acabamento e fixação: insumos necessários à montagem e vedação da sala, garantindo





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

estanqueidade, isolamento térmico e acústico, conforme projeto executivo;

- g) Software(s) licenciados para configuração e integração dos sistemas DCIM, climatização, monitoramento ambiental e segurança.

5.7.2. Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão ser novos, de primeiro uso, e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da aceitação definitiva dos serviços.

5.7.3. É responsabilidade da Contratada o transporte, armazenamento, integridade e substituição de quaisquer materiais danificados ou defeituosos durante o período de execução.

5.7.4. Os quantitativos e especificações detalhadas dos materiais e equipamentos listados nos subitens anteriores serão formalmente definidos e consolidados no **Projeto Executivo**, a ser elaborado pela Contratada e submetido à aprovação prévia e expressa da SEFAZ-PB.

5.7.5. O fornecimento e o faturamento dos materiais e equipamentos ficam estritamente vinculados ao dimensionamento e às especificações técnicas aprovadas no Projeto Executivo, observando-se o limite do valor global adjudicado.

5.7.6. Caso o Projeto Executivo aponte a necessidade de especificações superiores às mínimas exigidas neste Termo de Referência para garantir a certificação e segurança da Sala Segura, bem como nos casos de inconsistências, omissões, falhas de dimensionamento ou quaisquer erros atribuíveis à CONTRATADA, todas as adequações e melhorias necessárias deverão ser integralmente absorvidas pela CONTRATADA, dentro do limite do valor global adjudicado/homologado, sem ônus adicional para a Administração.

5.7.7. A medição e o pagamento dos itens de fornecimento serão realizados somente após a entrega e instalação, em conformidade com o cronograma físico-financeiro e mediante



FAZCAP202601077



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

atesto da fiscalização de que os materiais conferem com o Projeto Executivo aprovado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.8.1. As especificações detalhadas do objeto a ser contratado encontram-se dispostas no Anexo II – Especificações Técnicas deste Termo de Referência, devendo ser integralmente observadas para fins de elaboração da proposta.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10. A continuidade operacional e a assistência técnica da solução após o período de instalação serão asseguradas pelo serviço de manutenção preventiva e corretiva, com vigência de 56 meses (após o período de implantação), totalizando o ciclo de 60 meses da contratação, conforme os seguintes requisitos:

- 1) Conformidade Técnica: Garantia de que todos os componentes da solução atendem às especificações técnicas, com evidências de conformidade.
- 2) Disponibilidade de suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, para assegurar a pronta resposta a qualquer emergência ou necessidade de manutenção que possa surgir a qualquer momento.
- 4) Garantia de que todas as operações de manutenção e suporte estejam em conformidade com as normas e recomendações aplicáveis já previstas no item 1.1 do Anexo II - Especificações Técnicas, assegurando os padrões de qualidade e segurança exigidos.
- 5) Segurança da Informação: Implementação de medidas de segurança rigorosas, com relatórios de auditoria e conformidade.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6.A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7.A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 16h30min, na Avenida Epitácio Pessoa, 1457, CEP 58.030-001, Bairro dos Estados - João Pessoa-PB.
- 6.8.Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 16h30min.
 - 6.8.1. A exigência do preposto no local da execução dos serviços se justifica devido à complexidade técnica e multidisciplinar envolvida na execução da obra do datacenter modular, faz-se necessária a designação de um preposto para acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, garantindo que todas as etapas sejam realizadas em conformidade com o projeto executivo, as normas técnicas aplicáveis conforme Anexo II- Especificações Técnicas, e o cronograma estabelecido.



6.8.2.1. O preposto atuará como representante da contratante junto à contratada, com as seguintes responsabilidades principais:

- Acompanhar a execução física da obra, verificando a conformidade com o projeto e especificações técnicas.
- Registrar e comunicar eventuais não conformidades, propondo correções ou ajustes quando necessário.
- Garantir que as normas de segurança do trabalho e as boas práticas sejam respeitadas no canteiro de obras.
- Assegurar a correta utilização dos materiais e equipamentos previstos em contrato.
- Facilitar a comunicação entre as partes envolvidas, promovendo a solução célere de eventuais problemas.
- Emitir relatórios periódicos de acompanhamento e progresso da obra.

a) Diante do investimento relevante e da criticidade operacional do datacenter para as atividades da organização, é essencial que a obra seja conduzida com rigor técnico, qualidade e dentro dos prazos contratados, o que justifica plenamente a necessidade de um preposto designado para acompanhar e fiscalizar os serviços.

6.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





GOVERNO DA PARAÍBA

- 6.11. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.12. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII](#)).
- 6.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV](#)).
- 6.19. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios





redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)





- 6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Instalação e entrega do datacenter modular

7.3.1.1. Entrega e instalação completa dos seguintes sistemas, em conformidade com o projeto executivo aprovado e os prazos estipulados:

- Sistema de infraestrutura de alimentação elétrica (quadros, circuitos elétricos, infraestrutura seca, etc.), devidamente testado e em operação;





GOVERNO DA PARAÍBA

- UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60 kW, instalada, configurada e testada;
- Racks de TI padrão 19", com sistema de confinamento e todos os acessórios instalados;
- Sistema de climatização de precisão do tipo Inrow, instalado e operando conforme especificações;
- Sistema de gerenciamento de infraestrutura de Data Center (DCIM), com acesso configurado e interfaces funcionais para monitoramento;
- Sistema de cabeamento estruturado (rede metálica e fibra óptica), com certificação e documentação dos testes de desempenho;
- Sistema de controle de acesso e CFTV, configurado e validado com gravação e monitoramento em tempo real;
- Piso elevado e adequações civis concluídas, conforme projeto e normas técnicas.

7.3.1.2. Entrega de toda a documentação exigida: projetos executivos finais, AS BUILT, databook revisado, manuais, certificados de garantia e ensaios, plantas e demais documentos de apoio, de forma organizada e aprovada pela CONTRATANTE.

7.3.1.3. Realização do treinamento/repasso de tecnologia para a equipe designada pela CONTRATANTE, com a emissão dos certificados de participação.

7.3.2. **Serviço de Instalação e entrega do datacenter modular**

a) Entrega e instalação completa, em conformidade com o projeto executivo aprovado e os prazos estipulados, dos seguintes sistemas:

- Sistema de infraestrutura de alimentação elétrica (quadros, circuitos elétricos, infraestrutura seca, etc.), devidamente testado e em operação;
- UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60 kW, instalada, configurada e testada;
- Racks de TI padrão 19", com sistema de confinamento e todos os acessórios instalados;
- Sistema de climatização de precisão do tipo Inrow, instalado e operando conforme especificações;





GOVERNO DA PARAÍBA

- Sistema de gerenciamento de infraestrutura de Data Center (DCIM), com acesso configurado e interfaces funcionais para monitoramento;
- Sistema de cabeamento estruturado (rede metálica e fibra óptica), com certificação e documentação dos testes de desempenho;
- Sistema de controle de acesso e CFTV, configurado e validado com gravação e monitoramento em tempo real;
- Piso elevado e adequações civis concluídas, conforme projeto e normas técnicas.

b) Entrega integral e aprovada de toda a documentação exigida, incluindo: projetos executivos finais, AS BUILT, databook revisado, manuais, certificados de garantia e ensaios, plantas e demais documentos de apoio, de forma clara e organizada.

c) Realização do treinamento/repassé de tecnologia para a equipe designada pela CONTRATANTE, com a emissão dos certificados de participação e cobertura dos conteúdos técnicos especificados no Anexo II.

Os serviços de **Instalação e entrega do datacenter modular** serão prestados com respeito aos seguintes indicadores:

Critério Avaliado	Peso (%)	Nota Obtida (0 a 10)	Pontuação (Peso x Nota)
1. Instalação e funcionamento dos sistemas	70		
1.1. Sistema de infraestrutura elétrica (quadros, circuitos, UPS, etc.) em funcionamento e testado.	25		
1.2. Racks, climatização, piso elevado e adequações civis concluídos conforme projeto.	25		
1.3. DCIM, cabeamento, controle de acesso e CFTV instalados, configurados e operacionais.	20		
2. Documentação Técnica	15		
2.1. Entrega dos projetos executivos finais, AS BUILT, databook revisado, manuais e certificados completos e organizados.	15		
3. Treinamento/Repassé de Tecnologia	15		
3.1. Realização do treinamento para 10 participantes, cobrindo os conteúdos técnicos previstos, com certificação.	15		

Cálculo da Pontuação Final

Critérios objetivos para cada subitem:





GOVERNO DA PARAÍBA

- **Nota 10:** 100% dos sistemas testados e homologados.
- **Nota 5:** 50% dos sistemas testados, mas com pendências não críticas.
- **Nota 0:** Falha grave ou não conformidade.

A pontuação final será calculada somando-se as pontuações de todos os critérios avaliados, conforme fórmula:

$$\text{Pontuação Final} = \Sigma (\text{Peso} \times \text{Nota}) / 10$$

Interpretação dos Resultados

Pontuação Final (%)	Resultado	Ação a ser tomada
≥ 90%	Excelente	Pagamento integral
80% a < 90%	Bom	Pagamento integral
70% a < 80%	Regular	Pagamento parcial com glosa proporcional
< 70%	Insatisfatório	Suspensão do pagamento e aplicação de penalidades, conforme contrato.

Observações

- Cada critério será avaliado por comissão designada pela CONTRATANTE, com base em inspeções, relatórios, testes e evidências documentais.
- O não atendimento de algum critério essencial (ex.: sistema crítico não instalado ou inoperante) poderá implicar nota zero no item correspondente, independentemente dos demais.
- O IMR será preenchido a cada etapa de pagamento (instalação e mensalmente durante o período de manutenção).

7.3.3. Período de suporte e manutenção preventiva/corretiva (56 meses)

- 7.3.3.1. Prestação regular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas instalados, conforme cronograma e plano de manutenção previamente aprovados.
- b) Atendimento aos chamados técnicos dentro dos prazos acordados (SLA), com registro e comprovação dos atendimentos realizados.
 - c) Garantia da disponibilidade e funcionamento dos sistemas dentro dos parâmetros técnicos especificados, com emissão de relatórios periódicos de desempenho, intervenções e ocorrências.
 - d) Substituição de componentes ou equipamentos com defeito dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, sempre que necessário, mantendo a operação sem interrupções prolongadas.





7.3.4. Níveis Mínimos de Serviços para prestação Mensal

Após a implantação da solução, os serviços de manutenção mensal devem cumprir os seguintes Níveis Mínimos de Serviço:

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Frequência de Medição	Glosa por descumprimento de NMS	Justificativa Técnica
Disponibilidade da Infraestrutura	Percentual de tempo em que o datacenter de backup permanece operacional e acessível para contingência.	$\geq 99,5\%$	Mensal	Desconto de 1% do valor mensal a cada 0,1% abaixo da meta.	A meta de 99,5% é adequada a ambientes de backup classificados como TIER II, garantindo nível de disponibilidade suficiente para restauração e continuidade dos serviços em situações de falha do ambiente principal.
Tempo de Resposta	Intervalo máximo entre o registro do incidente e o início do atendimento técnico.	≤ 60 minutos	Mensal	Advertência e multa conforme reincidência.	Tempo reduzido de resposta minimiza o impacto em situações de contingência e assegura atuação imediata da equipe técnica.
Manutenção Preventiva	Cumprimento do cronograma de manutenções preventivas e entrega dos relatórios correspondentes.	100%	Trimestral	Desconto proporcional ao item não executado.	As manutenções garantem a integridade e a prontidão dos sistemas, reduzindo falhas em caso de ativação do ambiente de contingência.
Temperatura e Umidade	Manutenção dos parâmetros ambientais conforme diretrizes da ASHRAE TC9.9 .	100% de conformidade	Diário	Multa proporcional à ocorrência registrada.	O controle ambiental é essencial para assegurar a longevidade e o funcionamento estável dos equipamentos armazenados.





Indicador	Descrição	Meta Mínima	Frequência de Medição	Glosa por descumprimento de NMS	Justificativa Técnica
Relatórios Técnicos	Entrega dos relatórios consolidados até o 5º dia útil do mês subsequente.	100%	Mensal	Advertência e desconto em caso de atraso.	Garante o acompanhamento contínuo do desempenho e da manutenção do ambiente, permitindo auditoria e controle da contratante.

7.3.5. Níveis Mínimos de Serviços para serviços de manutenção corretiva

7.3.5.1. Os serviços de manutenção corretiva serão prestados com respeito aos seguintes indicadores de pontualidade:

Severidade	Descrição	Indicador I1 – Prazo mínimo para início do atendimento a partir da abertura do chamado técnico	Indicador I2 - Prazo máximo para solução de contorno ou definitiva a partir da abertura do chamado técnico	Glosa por descumprimento de NMS
Crítica	Um incidente de severidade crítica envolve eventos que podem tornar os sistemas do Data Center inoperantes, total ou parcialmente. Requer ação imediata de reparo para restaurar o funcionamento dos sistemas ou serviços afetados.	1h para início do atendimento presencial;	1. 3 horas para solução de contorno ou definitiva do incidente, a partir da abertura do chamado; 2. 18 horas a partir da abertura do chamado a contratada deverá	5% do valor mensal, por hora de atraso no indicador ou no I1 indicador , até o I2.a limite de 20% do valor mensal.





GOVERNO DA PARAÍBA

			apresentar relatório do incidente com descrição e solução definitiva ou de contorno.	
Urgente	Um incidente de severidade urgente envolve eventos que, embora não interrompam totalmente os sistemas do Data Center, comprometem significativamente seu desempenho ou segurança. Exige intervenção rápida para evitar agravamento e garantir a continuidade dos serviços.	2h para início do atendimento presencial;	1. 6 horas para solução de contorno ou definitiva do incidente, a partir da abertura do chamado; 2 24 horas a partir da abertura do chamado a contratada deverá apresentar relatório do incidente com descrição e solução definitiva ou de contorno.	2,5% do valor mensal, por hora de atraso no indicador ou no I1 indicador, até o I2.c, limite de 20% do valor mensal.
Rotina	Um incidente de severidade de rotina representa falhas ou impactos mínimos que não afetam o ambiente, equipamentos, serviços ou operações. Inclui solicitações de recursos e questões não críticas relacionadas à operação, configuração, gestão, otimização ou customização dos sistemas.	6h para início do atendimento presencial;	1. 24 horas para solução de contorno ou definitiva do incidente, a partir da abertura do chamado;	1% do valor mensal, por hora de atraso no Indicador ou no I1 indicador, até o I2. E limite de 12% do valor mensal.





			2. 72 horas a partir da abertura do chamado a contratada deverá apresentar relatório do incidente com descrição e solução definitiva ou de contorno.	
--	--	--	---	--

7.3.5.2. Período de suporte e manutenção preventiva/corretiva (56 meses)

- a) Prestação regular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas instalados, conforme cronograma e plano de manutenção previamente aprovados pela CONTRATANTE.
- b) Atendimento aos chamados técnicos dentro dos prazos acordados (SLA), com registros formais e comprovação dos atendimentos realizados.
- c) Garantia da disponibilidade e funcionamento dos sistemas dentro dos parâmetros técnicos especificados no contrato, com emissão de relatórios periódicos de desempenho, intervenções e ocorrências.
- d) Substituição imediata de componentes ou equipamentos com defeito dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, mantendo a operação do datacenter sem interrupções prolongadas.

7.3.5.3. A contratada deverá disponibilizar central de atendimento que funcione no regime de 24x7x365 e seja acessível através de um telefone 0800 (DDG) ou número local (DDD 83) e sistema de registro de chamados disponível através de sítio específico na Internet;

7.3.5.4. O chamado deve ser aberto automaticamente pelo sistema de monitoramento de alertas, sem impedimento da abertura manual junto a central de atendimento diretamente pela CONTRATANTE ou pelo Núcleo de Operação e Controle (NOC);





7.3.5.5. Conformidade geral com normas e requisitos contratuais

- a) Cumprimento das normas técnicas aplicáveis (ABNT, IEC, NBR, entre outras) e de todas as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.
- b) Disponibilização de profissionais qualificados, em número suficiente e com as competências adequadas para a execução das atividades previstas.
- c) Observância às regras de segurança, disciplina e procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE nas dependências onde os serviços forem executados.
- d) Atendimento às auditorias, inspeções e vistorias realizadas pela CONTRATANTE, apresentando prontamente evidências de conformidade quando solicitadas.

7.3.5.6. O marco inicial para contagem dos prazos de atendimento é a hora de abertura do chamado junto à central de serviços da contratada;

7.3.5.7. Os indicadores I1 e I2 serão obtidos por meio da subtração da hora de início do atendimento ou da solução do marco inicial de atendimento;

7.3.5.8. A contagem será efetuada em horas corridas.

7.4. Cronograma de Desembolsos Físico-Financeiro

7.4.1. O faturamento e o pagamento das parcelas contratuais obedecerão estritamente à execução e à comprovação dos marcos físicos estabelecidos neste item, sendo vedado qualquer desembolso desvinculado do cumprimento efetivo das etapas de execução, nos termos do art. 92, V, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.2. O cronograma de desembolsos observará a seguinte estrutura:

I — Itens 1, 2 e 3 (Implantação):

a) O **faturamento do Item 2 (Projetos e documentação)** somente será autorizado após a entrega integral e aprovação pela fiscalização de toda a documentação técnica exigida (projetos executivos finais, As Built, databook, manuais e certificados), com pontuação igual ou superior a 8 (oito) no critério 2.1 do IMR;

b) O **faturamento do Item 3 (Treinamento)** somente será autorizado após a conclusão do treinamento presencial para os 10 (dez) técnicos designados, com



emissão dos respectivos certificados e pontuação igual ou superior a 8 (oito) no critério 3.1 do IMR;

c) O **faturamento do Item 1 (Fornecimento e instalação do datacenter modular)** somente será autorizado após o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

I — conclusão de todas as 11 (onze) etapas do cronograma de execução previsto no item 5.1.3.4 deste Termo de Referência;

II — emissão do Termo de Recebimento Provisório pela fiscalização;

III — obtenção de Pontuação Final no IMR igual ou superior a 80% (resultado "Bom" ou "Excelente"), conforme critérios do item 7 deste Termo de Referência;

IV — faturamento prévio ou concomitante dos Itens 2 e 3, comprovando a entrega da documentação técnica e a realização do treinamento.

II — Item 4 (Manutenção preventiva e corretiva):

d) O faturamento das parcelas mensais do Item 4 (Manutenção Preventiva e Corretiva) terá início somente após a emissão do Termo de Recebimento Provisório do Item 1, e será condicionado, a cada período, ao atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) e dos indicadores de manutenção corretiva (I1 e I2) previstos neste Termo de Referência, aplicando-se as glosas proporcionais em caso de descumprimento;

e) O relatório técnico mensal consolidado, a ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, é condição indispensável para a autorização do faturamento da respectiva parcela.

- 7.4.3. Qualquer divergência entre a execução física e o cronograma financeiro deverá ser formalmente comunicada pela CONTRATADA à fiscalização, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para análise e eventual reprogramação, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

Item Elegível para Pagamento	Marco	Etapas
Item 1 – Fornecimento e Instalação do Data Center Modular Indoor	Solução entregue e operacional	Conclusão das Etapas 1 a 11 do cronograma de execução (item 5.1.3.4)





Item 2 – Projetos e Documentação	Entrega e aprovação do Projeto Executivo	Conclusão das Etapas 2 e 3 do cronograma de execução (item 5.1.3.4)
Item 3 – Treinamento e Repasse de Conhecimento/Tecnologia	Equipe capacitada e certificada	Conclusão da Etapa 9 do cronograma de execução (item 5.1.3.4)
Item 4 – Manutenção Preventiva e Corretiva	Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão pagos mensalmente durante 56 meses, após a implantação e recebimento definitivo do Data Center Modular, mediante apresentação de relatório técnico e aceite da fiscalização contratual.	Após a Conclusão da Etapa 11 do cronograma de execução (item 5.1.3.4)

Do recebimento

- 7.5.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).
- 7.6.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).
- 7.8.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).
- 7.9.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados



em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
 - 7.10.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 7.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
 - 7.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 7.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.11.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.12.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado





GOVERNO DA PARAÍBA

em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

- 7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.13.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.14.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.15.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.16.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.17.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.18.1. O prazo de validade;
- 7.18.2. A data da emissão;
- 7.18.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.18.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.18.5. O valor a pagar; e
- 7.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.18.7. Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- 7.18.7.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitatar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da





GOVERNO DA PARAÍBA

regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 7.24.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.25.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

- 7.26.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.27.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.28.** O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.29.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.30.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.30.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.30.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





GOVERNO DA PARAÍBA

7.30.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.39. O reajuste será realizado por apostilamento.





8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 8.2.** O fornecimento do objeto será integral.

Regime de execução

- 8.3.** O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

Exigências de habilitação

- 8.4.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.5.** Registro ou inscrição no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA competente da região a que estiver vinculada, apresentar situação de regularidade e comprovar atividade relacionada com o objeto da presente licitação nas atividades de Engenharia Elétrica ou Engenharia Mecânica, tendo como responsáveis técnicos profissionais com a atribuição dos artigos 7º, 8º, 9º e 12º da Resolução 218/1973, do CONFEA. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Exclusivamente para as atividades de adequações civis e arquitetônicas do ambiente, será admitido também registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, desde que a licitante possua responsável técnico legalmente habilitado para tais atividades, sem prejuízo da obrigatoriedade de registro no CREA para execução das atividades de engenharia elétrica e engenharia mecânica.

- 8.6.** As licitantes deverão apresentar, no momento da habilitação, prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA ou CAU) de sua unidade federativa de origem;
- 8.6.1.** A licitante vencedora com registro originário em outro Estado da Federação deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, o documento comprobatório de visto ou a regularização do registro perante o CREA/CAU-PB, conforme as parcelas técnicas que executar.
- 8.6.2.** Sociedades empresárias estrangeiras deverão apresentar, até o momento da assinatura do contrato, a comprovação de solicitação de registro ou autorização



de funcionamento perante a entidade profissional competente no Brasil, acompanhada da devida tradução juramentada dos documentos constitutivos.

8.7. Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, assim consideradas:

8.7.1. Implantação de infraestrutura elétrica e sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (UPS/nobreak) para datacenter modular ou sala segura;

8.7.1.1. Para a parcela prevista no subitem 8.7.1, será exigida comprovação de aptidão profissional do Engenheiro Eletricista, mediante apresentação de experiência em serviços de projeto, implantação e execução de infraestrutura elétrica e sistemas UPS/nobreak para datacenter modular ou sala segura;

8.7.2. Instalação e comissionamento de sistemas de climatização de precisão e controle ambiental para datacenter modular ou sala segura;

8.7.2.1. Para a parcela prevista no subitem 8.7.2, será exigida comprovação de aptidão profissional do Engenheiro Mecânico, mediante apresentação de experiência em instalação, configuração e comissionamento de sistemas de climatização de precisão e controle ambiental para datacenter modular;

8.7.3. As parcelas acima foram definidas como de maior relevância técnica e valor significativo em razão de sua criticidade para a continuidade operacional, disponibilidade, segurança e estabilidade do ambiente de infraestrutura crítica de TIC objeto da contratação.

8.7.4. A exigência da comprovação de capacidade técnico-profissional visa assegurar a adequada execução dos serviços e a instalação do datacenter modular conforme as normas técnicas aplicáveis, garantindo a segurança, confiabilidade e continuidade operacional da infraestrutura crítica de TIC.

8.7.5. A contratação envolve a integração de múltiplos sistemas — elétrico, climatização, combate a incêndio, controle de acesso e monitoramento — cuja correta execução depende de profissionais com experiência comprovada em projetos e instalações de datacenters modulares ou salas seguras.

8.8. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos para fins de demonstração da capacidade técnico-profissional, observados os limites e critérios previstos no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme quantitativos e parcelas de maior relevância técnica indicados nos subitens seguintes.

8.8.1. Os quantitativos mínimos exigidos serão aferidos com base nos documentos de ART/RRT e respectivos atestados de capacidade técnica apresentados pelos





GOVERNO DA PARAÍBA

profissionais indicados pela licitante, devendo comprovar experiência compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

- 8.9.** Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por profissional responsável, correspondem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para as parcelas de maior relevância da contratação, conforme abaixo:
- 8.9.1. Para o Engenheiro Eletricista: comprovação de execução de infraestrutura elétrica e sistemas UPS/nobreak para datacenter modular, sala segura ou ambiente de missão crítica equivalente, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade prevista na contratação;
- 8.9.2. Para o Engenheiro Mecânico: comprovação de instalação e comissionamento de sistemas de climatização de precisão e controle ambiental para datacenter modular, sala segura ou ambiente de missão crítica equivalente, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade prevista na contratação.
- 8.10.** A exigência acima se dará com base na seguinte justificativa:
- 8.10.1. Com fundamento no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a exigência de quantitativos mínimos para comprovar experiência prática em projetos de natureza e complexidade equivalentes, assegurando que os profissionais possuem expertise real para gerir os sistemas críticos deste contrato, mitigando os riscos técnicos e operacionais inerentes a obras de alta tecnologia e infraestrutura crítica
- 8.11.** Parágrafo único: Não serão aceitos atestados genéricos que não especifiquem claramente os serviços executados, nem aqueles que não comprovem experiência prévia em projetos com a complexidade técnica exigida para esta contratação.
- 8.12.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.12.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.12.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50 % dos quantitativos licitados.





GOVERNO DA PARAÍBA

8.12.1.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de maior relevância e seus respectivos quantitativos mínimos, a seguir elencadas:

Parcela de maior relevância	Quantitativo mínimo exigido
a) Fornecimento e instalação de datacenter modular , incluindo infraestrutura elétrica, climatização, racks, cabeamento, piso elevado, DCIM, controle de acesso e CFTV, em ambiente com área mínima de 26,1 m² .	13 m² (50% da área prevista)
b) Fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva de sistema de fornecimento ininterrupto de energia (UPS) , de potência individual igual ou superior a 67 kVA com fator de potência de saída igual ou superior a 0,9.	34 kVA (50% da potência prevista)
c) Fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva de sistema de climatização de precisão , de capacidade individual igual ou superior a 36 kW .	18 kW (50% da capacidade prevista)
d) Fornecimento, instalação e manutenção de CFTV para Data Center .	Implementação completa em ao menos 1 projeto similar .

Em observância ao disposto no subitem 8.8.1.1, que prevê a exigência de comprovação de quantitativos mínimos equivalentes a 50% dos quantitativos licitados, esclarece-se que tal critério aplica-se, de forma adequada, às parcelas do objeto que possuem mensuração objetiva em termos quantitativos, como equipamentos, infraestrutura física, cabeamento, climatização e demais componentes materiais.

Contudo, para o item D) **Fornecimento, instalação e manutenção de CFTV para Data Center**, a aplicação do percentual de quantitativo mínimo não se mostra tecnicamente viável nem juridicamente adequada, pelos seguintes fundamentos:

- **Natureza do Objeto** – Tais itens dizem respeito a sistemas de software cuja comprovação de aptidão não pode ser aferida por percentuais ou frações, visto que sua entrega se caracteriza pela implementação completa da solução em um ambiente de Data Center. Não há parâmetro objetivo de "50% de implantação de software", o que tornaria a exigência inexequível.
- **Relevância Técnica** – O que se busca comprovar nesses casos é a capacidade técnica da empresa em realizar a integração completa da solução em ambiente de Data Center, com todos os requisitos funcionais e de desempenho atendidos. Assim, a exigência de um projeto similar completo é mais adequada para atestar experiência do que a adoção de quantitativos mínimos.





- **Princípios da Legalidade, Proporcionalidade e Competitividade** – Exigir quantitativos mínimos em itens de software poderia configurar restrição desproporcional à competitividade, em desacordo com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021. A adoção do critério de **implementação completa em ao menos 1 projeto similar** garante a necessária comprovação de aptidão técnica sem restringir indevidamente a participação de potenciais licitantes.

Diante do exposto, mantém-se a exigência de quantitativos mínimos (50%) apenas para itens mensuráveis em quantidade, e, para o item que envolvem software e integração tecnológica (Exemplos: DCIM e CFTV de Data Center), adota-se como critério a comprovação de implementação completa em ao menos 1 projeto similar, por ser tecnicamente mais adequado e assim assegurando a aferição da capacidade técnica sem impor exigências inexequíveis ou restritivas à competitividade.

- 8.12.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.12.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.12.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.12.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 8.12.6. Prova de atendimento aos requisitos legais e regulamentares específicos aplicáveis ao objeto desta licitação, incluindo:
 - 8.12.6.1. Apresentação das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), vinculadas aos atestados técnicos apresentados para comprovação da capacidade técnico-profissional, devidamente registradas no CREA ou CAU, conforme a natureza da disciplina técnica executada e a legislação vigente;





- 8.12.6.2. Licenças, registros ou autorizações legalmente exigíveis para execução dos serviços objeto da contratação, emitidos pelos órgãos ou entidades competentes, quando aplicável;
- 8.12.6.2.1. Quando houver exigência do fabricante para fins de instalação, configuração, comissionamento, garantia ou suporte técnico dos equipamentos fornecidos, a contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução dos respectivos serviços, comprovação de treinamento, qualificação técnica, credenciamento ou autorização específica emitida pelo fabricante ou representante autorizado.
- 8.12.6.2.2. A documentação prevista no subitem anterior não constitui requisito de habilitação da licitação, sendo exigida exclusivamente na fase de execução contratual, como condição para autorização de início dos serviços relacionados aos respectivos equipamentos e sistemas.
- 8.12.6.2.3. A ausência da comprovação prevista no subitem 8.12.6.3.1 impedirá o início da execução dos serviços específicos relacionados ao equipamento ou sistema correspondente, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.
- 8.12.6.2.4. Os sistemas, equipamentos, materiais, instalações e serviços objeto da contratação deverão atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, incluindo, no que couber, ABNT NBR 5410, ABNT NBR 16401, ABNT NBR ISO/IEC 27001, ISO 22237, ANSI/TIA-942 e demais normas pertinentes ao objeto.
- 8.12.6.2.4.1. A comprovação do atendimento às normas técnicas previstas no subitem anterior será realizada mediante apresentação de documentação técnica oficial dos fabricantes e fornecedores, tais como catálogos, datasheets, manuais técnicos, certificados de conformidade, relatórios de ensaio, certificados laboratoriais, declarações técnicas específicas, ART/RRT, bem como outros documentos idôneos aptos a demonstrar a conformidade dos equipamentos, sistemas e serviços ofertados.
- 8.12.6.2.4.2. Quando aplicável, os documentos apresentados deverão possuir meios de validação de autenticidade, tais como código de verificação, assinatura digital, QR Code, links oficiais de validação ou emissão por organismos acreditados.





GOVERNO DA PARAÍBA

8.12.6.2.4.3. A análise da documentação prevista neste item ocorrerá durante a fase de execução contratual, especialmente:

- I. na aprovação do Projeto Executivo;
- II. na validação dos equipamentos e materiais fornecidos;
- III. durante a execução e fiscalização dos serviços;
- IV. no comissionamento, testes operacionais e aceite definitivo da solução.

8.12.6.2.4.4. A documentação prevista neste item não constitui requisito de habilitação técnica da licitação, salvo quando expressamente exigido em disposição legal ou regulamentar específica.

8.12.7. Não serão aceitos atestados emitidos para potenciais subcontratados, sendo exigida a comprovação de capacidade técnica diretamente em nome da licitante, inclusive para as parcelas relativas ao fornecimento de solução de gerenciamento e monitoramento da infraestrutura do Data Center (DCIM) e CFTV.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido **no anexo I deste Termo de Referência**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- I. Gestão/Unidade: 20.902.FADAT;
- II. Fonte de Recursos: 754;
- III. Programa de Trabalho: 5292;
- IV. Elemento de Despesa: 449052 (Item 1 - aquisição).





GOVERNO DA PARAÍBA

- V. Gestão/Unidade: 20.902.FADAT;
- VI. Fonte de Recursos: 754;
- VII. Programa de Trabalho: 5292;
- VIII. Elemento de Despesa: 449040 (Item 2 - serviço).

- IX. I) Gestão/Unidade: 20102 ESAT;
- X. II) Fonte de Recursos: 754;
- XI. III) Programa de Trabalho: 5292;
- XII. IV) Elemento de Despesa: 449039 (item 3 – treinamento).

- XIII. Gestão/Unidade: 20.902.FADAT;
- XIV. Fonte de Recursos: 500;
- XV. Programa de Trabalho: 5292;
- XVI. Elemento de Despesa: 339040 (item 4 - serviço).

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DO CONVÊNIO ICMS Nº 79/05

- 11.1.** De acordo com o Convênio ICMS nº 79/05, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, ficam isentas do ICMS as operações com mercadorias, bem como as prestações de serviços de transporte a elas relativas, destinadas a programas de fortalecimento e modernização das áreas fiscal, de gestão, de planejamento e de controle externo, dos Estados e do Distrito Federal, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
- 11.2.** Nos termos do Convênio ICMS 79/05, quando se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem enviar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 11.3.** Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, a licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota junto à proposta com a devida justificativa.
- 11.4.** A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:
 - a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
 - b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
 - c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

11.5. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.confaz.fazenda.gov.br

12. ANEXO (S)

12.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

12.2. Anexo II – Especificações Técnicas

12.3. Anexo III – Países Elegíveis – BID

12.4. Anexo IV – Política do Banco sobre Práticas Proibidas – BID

12.5. Anexo V - Proposta de Preços

12.6. Anexo VI- Termo de Confidencialidade e Sigilo

12.7. Anexo VII - Modelo de Atestado de Vistoria

12.8. Anexo VIII - Modelo de Declaração de Renúncia de Vistoria

João Pessoa, 03 de junho de 2026.

Histórico de versões:

Criado em: 12/09/2025

Modificado em: 27/11/2025

Modificado em: 14/01/2026

Modificado em: 06/04/2026

Modificado em: 27/05/2026

Modificado em: **03/06/2026**

Elaborado por:

CIRO MOREIRA DE MELO FILHO
Gerente Operacional de Infraestrutura
Matrícula: 158.518-5
(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO
Secretário de Estado da Fazenda
Matrícula nº 171.798-7
(Assinado eletronicamente)



Assinado com senha por [FAZ120879] [SENHA] CIRO MOREIRA DE MELO FILHO e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 03/06/2026 - 13:44hs.
Documento Nº: 11302564-623 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=11302564-623>



FAZCAP202601077



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:20.000.501041.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	136465	SERVIÇO de Instalação, Configuração e Implantação do Datacenter modular indoor, conforme especificações, detalhamento, condições e exigências, contidas no Termo de Referência.	Un	Lote 001	1	5525750,00	Ampla Concorrência
2	136466	PRESTAÇÃO de serviços para a elaboração, confecção, entrega e fornecimento de toda a documentação técnica necessária para a correta implantação, gestão, operação e manutenção das soluções contratadas.	Un	Lote 001	1	12937,50	Ampla Concorrência
3	135920	SERVIÇO de Treinamento, conforme Termo de Referência.	HORA	Lote 001	30	422,91	Ampla Concorrência
4	136878	SERVIÇO de manutenção preventiva e corretiva em Data Center (Sala Segura) com suporte técnico e fornecimento de peças, conforme Termo de Referência.	mensal	Lote 001	56	13990,00	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$6.334.814,80

ANEXO II do Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1.1. Generalidades e Premissas

O projeto e execução deverá obedecer no mínimo às seguintes normas e recomendações:

UL 60950-1: Information Technology Equipment, Second Edition

EIA 310-D standard for 19" racks and hole spacing

NEMA Type 1 / IEC IP10 enclosure

ANSI/TIA-942 - Telecommunications Infrastructure Standard for Data Centers

ANSI/BICSI-002 - Data Center Design and Implementation Best Practices

ASHRAE - American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers

ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação - Item 4.2 ("c", "d", "e", "f")

ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Código de Prática para Controles de Segurança da Informação - Item 2 ("2.09" a "2.17") e item 4 - Análise, Avaliação e Tratamento de Riscos

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão

NBR 6880 - Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica

NBR 14565 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada

O data center deverá suprir a demanda elétrica e térmica.

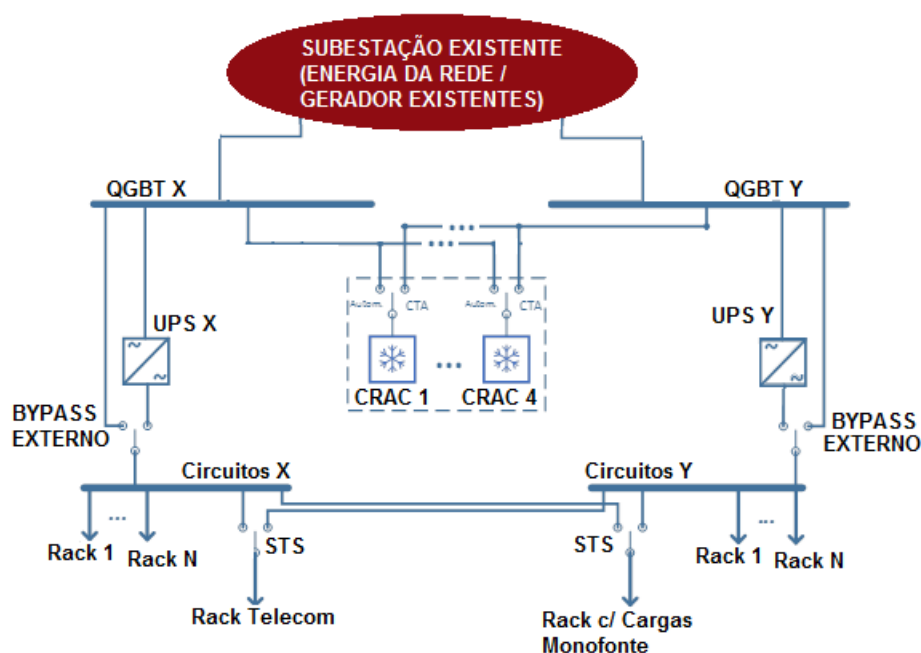
Quant. de Racks	Densidade Média por Rack (elétrica)	Consumo elétrico pelas cargas críticas	Carga Térmica Calculada (TI + 15%)
08	7,5 kW	60 kW	69kW

O Data Center deverá ser construído de modo a ter alto nível de confiabilidade, contingência, disponibilidade, tolerância a falhas sem comprometer a disponibilidade (redundância), e flexibilidade para expansão.

A tensão disponível no local é 380V, proveniente da subestação elétrica existente, que contempla alimentação pela rede elétrica e por grupo gerador.



A CONTRATADA deverá elaborar o projeto executivo dos quadros, disjuntores, circuitos e demais elementos da infraestrutura elétrica, devendo obrigatoriamente observar a arquitetura apresentada no diagrama de blocos abaixo, especialmente quanto à redundância em barramentos independentes (X e Y), caracterizando sistema de alimentação dual bus:



A derivação da alimentação dos QGBTs deverá ocorrer a partir da infraestrutura elétrica existente, em pontos a serem definidos no projeto executivo. Caberá à CONTRATADA realizar o levantamento e a validação da capacidade disponível, considerando a carga total da solução, incluindo equipamentos de TI, climatização, UPS e demais sistemas associados.

A interligação entre a subestação existente e os QGBTs, incluindo fornecimento de cabos, infraestrutura, dispositivos de proteção e serviços de instalação, será de responsabilidade da CONTRATADA.

O diagrama de blocos apresentado possui caráter vinculante quanto à arquitetura da solução, devendo ser integralmente respeitado pela CONTRATADA.

Caso seja identificada insuficiência de capacidade da infraestrutura existente, a CONTRATADA deverá propor e executar as adequações necessárias ao pleno funcionamento da solução, respeitando a arquitetura definida.





1.2. Descritivo Técnico

1.2.1. Fornecimento e Instalação de Sistema de Infraestrutura de Alimentação Elétrica Básica (Quadros, Circuitos Elétricos, Infraestrutura Seca, entre outros) - 1 (uma) unidade

Deverão ser fornecidos quadros e condutores elétricos de modo que os disjuntores sejam dimensionados conforme recomendações do fabricante de cada produto a ser alimentado, e os circuitos elétricos tenham capacidade de condução de corrente superiores aos seus respectivos disjuntores de proteção, conforme ABNT 5410.

Certificação: Quadros e disjuntores devem possuir certificação de conformidade, podendo ser atendida por meio de selo INMETRO ou por certificações internacionais equivalentes (tais como UL, IEC, entre outras), desde que comprovada a equivalência técnica e normativa em relação às normas brasileiras aplicáveis.

Em qualquer hipótese, deverá ser apresentado laudo de ensaio de seletividade do sistema de proteção elétrica, comprovando a adequada coordenação entre os dispositivos de proteção, bem como laudo técnico de conformidade dos equipamentos, atestando o atendimento às normas técnicas aplicáveis, ambos assinados por profissional legalmente habilitado e devidamente registrado no CREA, em especial quanto à ABNT NBR 5410.

A comprovação de equivalência técnica e normativa deverá ser realizada mediante apresentação de documentação técnica oficial do fabricante e/ou relatórios de ensaio que evidenciem o atendimento às normas aplicáveis, sendo vedada a aceitação de declarações genéricas de conformidade. Caberá à CONTRATADA o ônus da comprovação documental perante a CONTRATANTE. Os quadros QGBT deverão possuir multimetido IP para comunicação com o DCIM, com medições de tensão, corrente, kVA e kW.

Todos os equipamentos instalados nos racks Data Center, bem como os equipamentos integrantes dos sistemas de segurança, monitoramento e gerenciamento do Data Center, devem ser alimentados por duas redes estabilizadas distintas, independentes e com as proteções devidas. Os equipamentos que não possuírem duas entradas de alimentação independentes deverão ser alimentados pela saída de chaves de transferência automática, do tipo STS (quando se tratar de carga crítica monofonte), ou do tipo ATS (quando se tratar de Ar Condicionado);

Para cargas críticas monofonte, deverão ser previstas chaves de transferência estática (STS), destinadas a garantir alimentação redundante a partir dos barramentos independentes (X e Y).





Deverá ser prevista, no mínimo, 01 (uma) STS por rack de TI que contenha cargas monofonte, não sendo admitido o compartilhamento de STS entre racks distintos quando isso implicar perda de redundância ou limitação de capacidade. Cada STS deverá possuir capacidade nominal compatível com a carga total do rack atendido, devendo ser devidamente dimensionada no projeto executivo, considerando a potência instalada, fator de demanda e margem de crescimento, de modo a garantir operação segura e contínua, sem sobrecarga.

As STS deverão possuir quantidade de saídas (tomadas ou circuitos) suficiente para atendimento integral dos equipamentos monofonte do respectivo rack, sendo vedado o uso de adaptações, extensões ou soluções que comprometam a confiabilidade, a organização da infraestrutura ou a rastreabilidade elétrica.

A quantidade total de STS, sua capacidade nominal, quantidade de saídas e distribuição final deverão ser detalhadas no projeto executivo, devendo obrigatoriamente atender à totalidade das cargas críticas monofonte existentes na solução.

Não serão aceitas soluções subdimensionadas, tampouco propostas que restrinjam a redundância elétrica, a continuidade operacional ou a capacidade de expansão do ambiente por insuficiência de capacidade, circuitos ou pontos de conexão.

O projeto dos quadros e condutores deverá prever a seletividade para sobrecorrentes e correntes de curto circuito, ou seja, os disjuntores a montante deverão possuir limites maiores de sobrecorrente ou curto-circuito, de modo que o disjuntor que desarme seja o mais próximo da carga.

O dimensionamento de todos os componentes da solução, incluindo módulos de potência redundantes das UPS, sistemas de transferência, circuitos elétricos e demais elementos associados, deverá ser realizado pela CONTRATADA, de modo a garantir o atendimento integral aos requisitos de capacidade, redundância, disponibilidade e continuidade operacional, não sendo admitidas soluções subdimensionadas.

A interligação entre a subestação elétrica existente e os QGBTs, incluindo fornecimento de cabos, eletrocalhas, leitos, infraestrutura seca, dispositivos de proteção e demais materiais necessários, bem como todos os serviços de instalação, testes e comissionamento, será de responsabilidade da CONTRATADA.

Caso seja identificada insuficiência de capacidade da infraestrutura elétrica existente para atendimento da carga total da solução, caberá à CONTRATADA propor e executar as adequações necessárias ao pleno funcionamento do ambiente, sem prejuízo da arquitetura de redundância prevista.





1.2.2. Fornecimento e Instalação de UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60kW – 2 (duas) unidades

Deverão ser fornecidos 02 x UPS, "X" e "Y", para operação em arquitetura DUAL BUS em 2 (N+1), isto é: o barramento X deverá ter 01 x UPS com 60kW operantes e um ou mais módulos redundantes, com capacidade agregada suficiente para assumir integralmente a carga crítica associada ao respectivo barramento, garantindo a operação em arquitetura N+1, sem degradação da capacidade nominal do sistema em caso de falha de módulo, e autonomia de 10 minutos a 60kW de carga; o barramento Y deverá ter também 01 x UPS idêntico ao do barramento "A". O(s) módulo(s) de potência redundante(s) deverá(ão) estar devidamente instalado(s), energizado(s) e integrado(s) ao sistema, de modo a assumir automaticamente a carga crítica em caso de necessidade.

Os módulos de potência e baterias deverão ser instaláveis e extraíveis a quente (gavetas hot-swapp).

Deverão ter eficiência mínima de 96% em modo dupla-conversão, a plena carga, tensão de saída 380/220V.

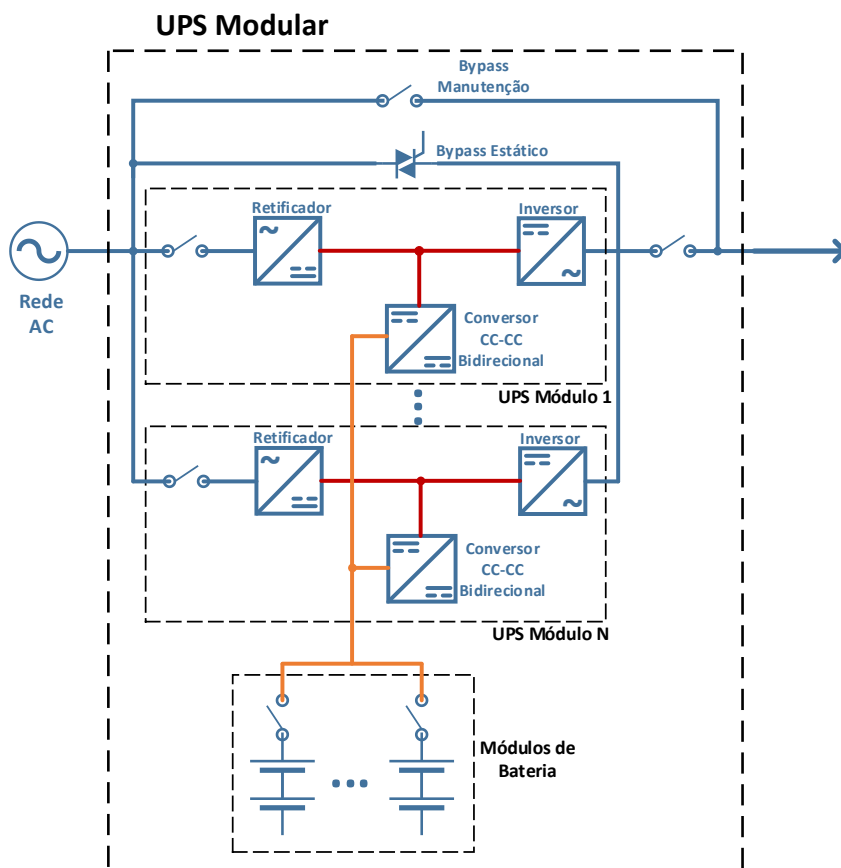
A UPS deverá tolerar variações de frequência de 40Hz a 70Hz na entrada e +/- 20% de variação de tensão na entrada, sendo compatível com Gerador, e deverá manter 380V-60Hz na saída do inversor mesmo durante essas oscilações na entrada, fazendo a regulação sem transferir para as baterias. O inversor deverá suportar sobrecarga de 150% por 1min.

A licitante deverá apresentar memória de cálculo das baterias comprovando a autonomia. Para efeito de equalização, considerar condição de temperatura de 25°C e tensão final de descarga de 1.7V por elemento.





GOVERNO
DA PARAÍBA



A chave estática (bypass estático) deverá ser robusta, com tempo de transferência síncrona entre o bypass e o inversor inferior a 1 ms.

O UPS deverá dispor de um segundo circuito de bypass, de acionamento manual, destinado a garantir a segurança do operador durante a execução de manutenções preventivas ou corretivas, permitindo que a carga crítica permaneça alimentada pela rede elétrica ou pelo gerador.

O BYPASS DE MANUTENÇÃO deverá permitir ativação ou desativação manual, por meio de chave ou disjuntor localizada na própria UPS. A transferência entre o BYPASS ESTÁTICO e o BYPASS DE MANUTENÇÃO deverá ser make-before-break, sem interrupção de energia para a carga crítica, e incorporada no gabinete da UPS, fazendo parte da solução pré-testada e montada em fábrica.

O UPS deverá vir equipado com Display LCD amigável e intuitivo, permitindo completa monitoração e controle, com fácil visualização das informações. Deverá armazenar histórico de eventos de pelo menos 1000 registros, no idioma

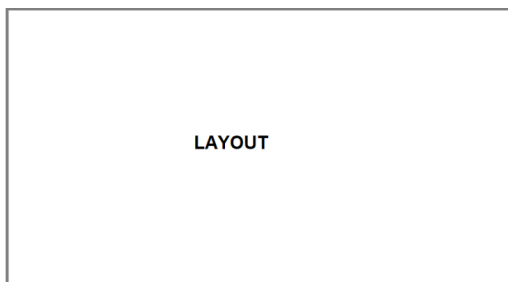


português ou inglês. Os seguintes parâmetros deverão ser mostrados no display: Tensão de Entrada; Corrente de Entrada; Fator de Potência de Entrada; Tensão de Entrada do Bypass; Frequência de Entrada do Bypass; Tensão de saída; Corrente de saída; Fator de Potência de Saída de cada Fase; Frequência de saída; Percentual de Carga; Potência de Saída em kW e kVA de cada fase; Tensão do Barramento de Baterias; Corrente de Bateria.

1.2.3. Fornecimento e Instalação de Rack de TI padrão 19" com sistema de confinamento e acessórios – 8 (oito) unidades

Os equipamentos com a nova solução do data center serão instalados em sala existente. Os racks deverão ser colocados justapostos, em duas fileiras, formando um corredor frio confinado entre as duas fileiras de racks. A porta de acesso ao ambiente de confinamento de ar frio deverá ser de correr e instalada na parte central do acesso ao corredor frio.

O confinamento dos corredores frio e quente deverá garantir que 100% do ar frio oriundo das unidades evaporadoras irá seguir seu fluxo através dos servidores e demais cargas críticas, e não haverá perdas energéticas em climatização.



Layout Preliminar – A ser detalhado pela CONTRATADA

A estrutura modular deverá ser composta por Base Metálica, Racks, Confinamento e Infraestrutura seca.

Deverão ser fornecidos 08 x Racks de dimensões mínimas L=600mm x P=1100mm x A=42U. Cada Rack Deverá possuir:

- Trilho padrão 19" conforme Norma EIA-310E;
- Suportabilidade a cargas estáticas de pelo menos 3000lbs (1360kg), e suportabilidade a cargas dinâmicas de no mínimo 2250lbs (1000kg), conforme Norma UL2416;
- Altura externa de 2m, com pés com regulação de altura;
- 42 x Tampas cegas plásticas de 1U, de fácil instalação sem uso de ferramentas, de modo que todos os espaços não ocupados por cargas





críticas (ex: servidores) sejam fechados. Também deverão ser fornecidas tampas cegas para esconder os fingers, caso os mesmos fiquem expostos.

- Portas traseiras bipartidas, e portas frontais inteiriças. Para correto fluxo de ar condicionado, os racks deverão ter área perfurada de no mínimo 75%.

O confinamento de corredor frio deverá ser constituído de material transparente, de modo que a iluminação da sala ilumine o corredor confinado, sendo admitida instalação, por parte da contratada, de iluminação interna ao confinamento. Deverá conter uma porta de correr, para fechar o corredor confinado, com fechamento semiautomático.

Deverão ser fornecidas 02 réguas gerenciáveis via IP por rack, sendo ligadas em redundância (2N), do tipo vertical, zero U, com no mínimo 36 tomadas de saída sendo no mínimo 30 (trinta) C13 e 6 (seis) C19, entrada (Plug) IEC60309 32A trifásica, monitoração local (display) e remoto de tensão, corrente, kW, kWh e FP. As tomadas de saída deverão possuir travas de segurança, e caberá à contratada fornecer os cabos para interligação nos servidores conforme a necessidade levantada pela contratada na vistoria. Todas as tomadas de saída deverão ser bivolt conforme a entrada. As réguas deverão reportar informações via SNMP ao DCIM para que seja exibida a leitura de PUE (Power Usage Effectiveness).

1.2.4. Fornecimento e Instalação de Climatização de precisão do tipo Inrow – 4 (quatro) unidades

A solução deverá incorporar no mínimo quatro unidades de climatização de precisão do tipo INROW, refrigerado a ar com expansão direta, com insuflamento frontal e retorno traseiro, capacidade de remoção de calor sensível de pelo menos 36kW cada (condições do ar de retorno a 40°C e 20% de umidade relativa) considerando temperatura externa de até 45°C, insuflamento horizontal frontal com sistema de resfriamento, umidificação de no mínimo 1.5kg/h por evaporadora, desumidificação e reaquecimento de no mínimo 3kW por evaporadora incorporados na mesma unidade, controle microprocessado e quadro elétrico com chave geral incorporados, com condensadora remota a ar, compressor com capacidade variável de 30 a 100%, com tecnologia DC INVERTER ou DIGITAL SCROLL, gás R410A, e ventiladores eletronicamente comutados (EC Fan) do tipo hot-swappable, com velocidade comandada pela unidade controladora. Deverão haver filtros conforme ASHRAE 52,2 MERV 8, e sensor de filtro sujo.



As 04 (quatro) evaporadoras deverão trabalhar para garantir a capacidade de remoção de calor de no mínimo 34.5kW cada, na arquitetura 2N, isto é, 50% de equipamentos operantes, e 50% de equipamentos redundantes.

As unidades evaporadoras deverão ajustar automaticamente o insuflamento de ar em função de leitura de sensores de temperatura remotos. Dois sensores de temperatura deverão ser instalados em cada rack. As evaporadoras deverão operar maximizando eficiência energética, visando manter todas frentes de racks com 24°C, calibrando automaticamente em função da leitura desses sensores remotos. Os sensores remotos deverão exibir em display próprio temperatura e umidade relativa, e deverão via ethernet estarem conectados às evaporadoras. Para que haja redundância de ar condicionado e de sensores remotos, cada evaporadora deverá conectar em um sensor por rack de sua respectiva fileira.

As unidades condensadoras de ar condicionado que atenderão as unidades evaporadoras instaladas nos racks deverão ser instaladas no térreo em área externa adjacente ao Data Center, sobre base de concreto armado com espessura mínima para atender a carga dos equipamentos.

Todas as interligações do sistema de climatização entre as unidades condensadoras e evaporadoras, tanto elétricas quanto da rede frigorígena será de responsabilidade da contratada, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para execução do serviço. As tubulações de interligação entre evaporadora e condensadora deverão ter isolamento térmico e serem protegidas de acordo com orientação do fabricante do equipamento e dispostas em invólucro resistentes a intempéries.

O sistema de climatização fornecido deverá ser capaz de se integrar (controles de setup de revezamento automático definidos pelo usuário, e calibrações sistêmicas) e funcionar em time.

1.2.5. Fornecimento e Instalação de Sistema de Gerenciamento de Infra-Estrutura de Data Center (DCIM) – 1 (uma) unidade

O DCIM (Data Center Infrastructure Manager) deverá ser constituído de um software, a ser instalado em servidor físico ou virtual da CONTRATANTE, com compatibilidade de leitura de protocolos abertos SNMP e MODBUS, e função de monitoração dos principais subsistemas do Data Center, 24h por dia, 7 dias por semana.

Equipamento	Parâmetros MÍNIMOS a serem monitorados
QGBTs	Tensão, Corrente, kVA, kW, Alarmes
UPSs	Tensão, Corrente, kVA, kW, Alarmes, Autonomia



Banco de Baterias	Status de Operação, Autonomia
Rack PDUs	Tensão, Corrente, kVA, kW, Alarmes e kW-h
AR CONDICIONADO	Temperaturas e Umidades (Insuflamento e Retorno), Sensores Remotos, Detecção de Líquidos, Alarmes

Cada equipamento listado acima deverá ter pelo menos uma tela própria com informações detalhadas. Um dashboard na tela principal deverá mostrar ao usuário uma visão holística do Data Center, de modo que ao olhar para essa tela principal o usuário saiba se está tudo OK ou se existe alguma anormalidade no Data Center. O projeto das telas deverá ser elaborado pela CONTRATADA, e aprovado pela CONTRATANTE, que poderá solicitar customizações de modo que o software fique prático e funcional.

O software deverá ser acessível pelos usuários através de web browsers, suportando Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

O DCIM deverá suportar equipamentos SNMP e MODBUS (protocolos abertos) de qualquer marca/modelo.

Gestão de Ativos: Deverá ter função de gestão de ativos, permitindo adicionar ou remover servidores ou switches e associá-lo ao respectivo Rack, e permitir importação da relação de ativos em planilha XLS ou CSV. Deverá permitir visualização por rack (bayface) com associação lógica dos ativos, bem como correlação com alimentação elétrica, PDUs e conexões de rede, quando aplicável, não se restringindo à representação visual estática dos racks.

1.2.6. Fornecimento e Instalação de Sistema de Cabeamento de Rede e Fibra Óptica – 1 (uma) unidade

A CONTRATADA deverá prover todo o cabeamento óptico Multimodo OM4 e Monomodo, conforme normas EIA/TIA 568-C, ABNT NBR-14565 e ANSI/TIA 942, incluindo infraestrutura, cabeamento, conexões, Distribuidores Internos Ópticos, painéis, a fim de atender a instalação e funcionamento dos equipamentos a serem hospedados no Data Center;

O cabeamento metálico deverá ser composto por cabos F/UTP CAT6A, Tomadas RJ-45, Patch Panel, Patch Cord e Line Cord, sendo distribuídos 24 pontos por rack de TI.

O cabeamento Óptico deverá ser composto por cabos ópticos de 24 Fibras Multimodo OM4, cabos ópticos 12 Fibras monomodo, cordões ópticos, acopladores, extensões ópticas (pig-tail), Distribuidores Ópticos (DIOs), sendo distribuído 1 (um) cabo óptico de 24 Fibras multimodo e 1 (um) cabo de 12 Fibras monomodo para cada Rack de TI.

Deverá ser feita conexão lógica do rack de Telecomunicações externo com um rack concentrador interno de TI do Data Center através de 24 pontos de rede





com cabeamento de rede F/UTP CAT6A, 24 Pontos com utilização de fibra multimodo, e 72 pontos com utilização de fibras monomodo.

Todas as conexões ópticas deverão ser executadas por meio de fusão;

Como o objetivo de economizar espaço nobre nos racks, o projeto deverá contemplar cabeamento do tipo "topo de rack" se utilizando dos 2 (dois) Us superiores dos racks, que para tanto deverão ser de 42U. Os Patch Panel deverão ser instalados em rack centralizado em local que melhor atender a solução e deverão ser do tipo "angular" uma vez que estes ocupam um espaço menor por porta ativa;

A solução deverá contemplar a capacidade e fornecimento de oito Racks utilizáveis de 42Us, sendo sete racks utilizáveis para equipamentos de TI, totalmente livres de manutenção recorrentes, contando com segundo nível de controle de acesso biométrico na sala de TI (Data Room) e um rack de redes exclusivo e independentes para equipamentos de Telecomunicações alocado em antessala.

A certificação deverá ser feita para 100% dos pontos, não sendo admitida certificação por amostragem. Deverá ser executada assim que concluído todo o cabeamento estruturado;

A certificação deverá ser realizada com equipamento compatível com a categoria do cabeamento instalado, de acordo com as normas ANSI/TIA/EIA 568 A ou B, no padrão Permanent Link;

Todos os materiais utilizados deverão estar em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes e serem compatíveis com as aplicações especificadas em projeto;

As especificações apresentadas nesta seção poderão ser complementadas por planilhas e documentos anexos;

Com o objetivo de garantir a qualidade e desempenho de toda rede, todos os componentes passivos da rede (cabos UTP, Patch-Cord, Line Cord, conectores, patch panel) deverão ser do mesmo fabricante, visto que nenhum fabricante certifica e fornece garantia estendida para soluções de cabeamento com componentes que não sejam os de sua linha de produtos;

Todos os componentes deverão ser de qualidade assegurada e fabricantes reconhecidos;

Todas as conexões deverão ser realizadas com acessórios apropriados, não sendo permitida a realização de adaptações;

Deverá ser considerado o fornecimento de patch-cords e cordões ópticos na mesma quantidade de pontos instalados, considerando ativação nas duas extremidades;

Deverá ser fornecido sistema de cabeamento estruturado para todos os racks de TIC;

1.2.7. Fornecimento e Instalação de Sistema de Controle de Acesso e CFTV – 1 (uma) unidade



O sistema de circuito fechado de TV – CFTV tem como principal objetivo possibilitar o monitoramento de vários locais em um único ponto, centralizando o gerenciamento e facilitando a tomada de decisões;

A SOLUÇÃO deverá ser fornecida com sistema de vigilância (CFTV) com câmeras que deverão ser instaladas de modo que seja possível cobrir as áreas interna e externa da SOLUÇÃO. O CONTRATANTE deverá ter acesso ao sistema de CFTV; O sistema de CFTV deverá contemplar: 09 (nove) câmeras, sendo: 08 (oito) para área interna, 01 (uma) para a área externa ao Data Center;

Sistema de gerenciamento e gravação de até 60 (dias) câmeras IP resolução 1080p 20 fps;

Deverão suportar compressão de vídeo, suportar divisão de tela para visualização de várias câmeras ao mesmo tempo, capacidade de armazenamento de vídeos em HD interno, com capacidade mínima de 12 Tb, e capacidade de gravação remota das imagens em um servidor ou Storage da CONTRATANTE, por um período mínimo de 60 dias;

Buscar gravação por data/hora com precisão por segundos, por tipo de evento, regular e ou detecção de movimento; possibilitar reprodução rápida, pausa, parar, retrocesso, reprodução lenta, tela cheia, e seleção do arquivo para backup;

As câmeras IP de captura deverão ser coloridas (tipo infravermelho), PoE, 2 MP. Deverá ser previsto 3 subsistemas de controles de acesso, todos com suporte simultâneo a biometria, senha e leitura de cartão no padrão MIFARE.

Um controle de acesso deverá ser instalado na porta externa, visando proteção contra vandalismo e ações ilícitas.

Um segundo nível de controle de acesso deverá ser instalado na Sala de TI (porta de acesso ao corredor frio – frentes de rack – confinado).

Um terceiro nível de controle de acesso deverá ser instalado nas portas de fechamento do corredor frio confinado, garantindo que apenas pessoal autorizado acesse a área frontal dos equipamentos.

Os sistemas de controle de acesso deverão ser implementados em 03 (três) níveis sequenciais: porta externa de alvenaria, porta da sala de TI e portas de fechamento do corredor frio confinado. A solução deve operar de forma autônoma, porém com capacidade de integração com a infraestrutura da CONTRATANTE (Storage/Gerenciamento) via protocolos abertos.

O rack de Telecom (rack externo) não requer controle de acesso em sua porta frontal.

Caberá à CONTRATADA definir os usuários, senhas e cadastrar biometrias de pessoas que estarão autorizadas a entrar na SALA (área interna, área do Rack externo), e também quem terá acesso à SALA DE TI (corredor frio confinado).



Os sistemas de controle de acesso e CFTV deverão operar de forma autônoma, porém com capacidade de integração com a infraestrutura existente da CONTRATANTE, incluindo gravação remota, armazenamento e acesso ao gerenciamento, utilizando protocolos abertos de comunicação (como ONVIF para CFTV e padrões de mercado para controle de acesso), quando aplicável.

1.2.8. Fornecimento e Instalação de Piso Elevado e execução de adequações civis - ambiente com área de 26,1m² – 1 (uma) unidade

A CONTRATADA deverá fazer o fechamento interno de janelas com alvenaria, sem alterações na parte estrutural.

Deverá ser realizada pintura antichama em toda a parede conforme ABNT 10.636 na condição Corta Fogo 180min, chão e teto da sala de TI e antessala.

Deverá ser aplicada, por cima da pintura anti-chama, tinta epoxy para criar barreira de vapor, conforme recomendações da ASHRAE, em todas as 06 faces da sala.

Deverá ser substituída a porta de acesso à sala por porta do tipo CORTA FOGO, e deverá ser incluso sistema de controle de acesso com biometria nessa porta.

A dupla abordagem elétrica entre Subestação e Data Center deverá ser subterrânea, cabendo à contratada efetuar as furações e passar infraestrutura seca necessária.

Deverá ser instalado piso elevado com altura mínima de 20cm, material com concreto celular, placas de 60cm x 60cm, resistência mínima a cargas concentradas de 550kg, resistência mínima a cargas distribuídas de 1500 kg / m², e resistência axial do pedestal mínima de 4000kg.

2. Projetos e Documentação

Trata-se da prestação de serviços para a **elaboração, confecção, entrega e fornecimento** de toda a documentação técnica necessária para a correta implantação, gestão, operação e manutenção das soluções contratadas. Essa documentação inclui, mas não se limita a:





GOVERNO DA PARAÍBA

Documento	Requisitos Mínimos	Formato e Detalhes
Projetos Executivos	O detalhamento técnico completo para execução deverá estar em conformidade com as normas e recomendações aplicáveis descritas no item 1.1 – <i>Generalidades e Premissas</i> , em especial no que se refere às instalações elétricas (ABNT NBR 5410) e demais normas técnicas pertinentes ao projeto e à execução da Sala Segura.	- Arquivos editáveis (CAD/BIM). - PDF com bookmarks.
Databook Revisado	Registros técnicos e certificações de todos os equipamentos, materiais e serviços, organizados por sistema (elétrico, climatização, segurança).	- Planilhas em Excel ou PDF indexado. - Incluir datasheet dos fabricantes.
As Built	Representação fiel das condições reais da obra, com todas as alterações aprovadas durante a implantação.	- Plantas atualizadas com cotas e legendas . - Relatório de alterações justificadas.
Manuais	Instruções claras para operação, manutenção preventiva e corretiva, incluindo procedimentos de emergência.	- Digital (PDF pesquisável). - Versão impressa opcional (sob demanda).
Certificados de Ensaios e Garantia	Comprovação de conformidade com normas e garantias dos fabricantes (laudos assinados por CREA quando aplicável).	- Original digitalizado com assinatura válida.
Desenhos e Plantas	Detalhamento da disposição física dos sistemas (layout de racks, rotas de cabos, infraestrutura elétrica).	- Formato CAD + PDF. - Incluir lista de símbolos e convenções.
Demais Documentos de Apoio	Relatórios de testes, registros de comissionamento e outros documentos solicitados pela CONTRATANTE.	- Organizados por pasta temática (ex.: "Testes Elétricos")

☐ Prazos:

- A documentação técnica **será entregue em etapas**, conforme cronograma do contrato:
 - Projetos Executivos: **15 dias após assinatura da Ordem de Serviço**.



- As Built e manuais: **5 dias úteis após a entrega física do sistema.**

☐ **Formato e Qualidade:**

- Todos os arquivos digitais devem ser **editáveis** (ex.: CAD, Excel) e **não protegidos por senha.**
- Documentos impressos (quando exigidos) devem usar **papel A4/A3** e encadernação resistente.

☐ **Validação pela CONTRATANTE:**

- A CONTRATADA deverá corrigir **não conformidades** identificadas em até **48 horas** após notificação.
- A reprovação reiterada (3 vezes) no mesmo item **poderá resultar em rescisão parcial do contrato.**

☒ **Responsabilidades da CONTRATADA:**

- Garantir que **todos os documentos** estejam:
 - **Atualizados** com as últimas revisões em vigor.
 - **Compatíveis** com as normas técnicas citadas no Anexo II.
 - **Assinados** pelo responsável técnico (CREA) quando aplicável.

A CONTRATADA deverá fornecer toda essa documentação à CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos, garantindo que esteja completa, clara, organizada e em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, bem como com as especificações contratuais.

3. Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia

O treinamento e o repasse de conhecimento/tecnologia serão realizados para uma equipe designada pela CONTRATANTE, composta por até **10 (dez) participantes, com carga horária de 30 horas.** O treinamento deverá ter caráter teórico e prático, com demonstrações in loco, possibilitando a familiarização e o correto manuseio das soluções implantadas, bem como a compreensão de sua operação e manutenção básica.

O treinamento deverá ser ministrado, em horário comercial e dias úteis contínuos de segunda a sexta-feira.



A CONTRATANTE indicará as pessoas que farão a capacitação.

A Agenda de Capacitação será definida pela CONTRATANTE, devendo esta informar a CONTRATADA a data de início com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

O período e horário de realização serão definidos pela CONTRATANTE em comum acordo com a CONTRATADA.

A CONTRATADA fornecerá para todos os alunos, no início da Capacitação, o material didático (em formato digital) que aborde todo o conteúdo programático, que deverá estar no idioma português (Brasil).

Todas as despesas relativas à Capacitação bem como quaisquer outras inerentes à Capacitação contratada, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e devem estar inclusos no custo total da Capacitação.

O conteúdo do treinamento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos técnicos, correspondentes aos itens fornecidos e instalados:

1. Sistema de Infraestrutura de Alimentação Elétrica

- Estrutura e funcionamento dos quadros elétricos, circuitos de distribuição e infraestrutura seca.
- Identificação dos circuitos e sua função dentro do ambiente do datacenter.
- Operação segura dos quadros e procedimentos básicos de desligamento e religamento em caso de necessidade.
- Medidas preventivas para preservação da integridade do sistema elétrico.

2. UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) Modular de 60kW

- Princípios de funcionamento de uma UPS modular.
- Painel de controle, interfaces e indicadores de status.
- Procedimentos para operação, verificação e diagnóstico de falhas.
- Cuidados com a manutenção e substituição de módulos quando aplicável.

3. Rack de TI Padrão 19" com Sistema de Confinamento

- Estrutura física do rack e dos acessórios instalados.
- Organização e disposição dos equipamentos no rack.
- Práticas para correta ventilação e segurança do sistema de confinamento térmico.
- Acesso, bloqueio e cuidados com os equipamentos montados.



4. Climatização de Precisão do Tipo Inrow

- Princípios de funcionamento dos equipamentos de climatização Inrow.
- Leitura dos controles e ajuste de parâmetros básicos de operação.
- Interpretação dos alarmes e sinais de falha.
- Práticas para garantir a eficiência energética e evitar obstruções.

5. Sistema de Gerenciamento de Infraestrutura de Data Center (DCIM)

- Visão geral do sistema DCIM implantado.
- Como acessar a interface do sistema e interpretar os dados fornecidos.
- Monitoramento de parâmetros críticos (energia, climatização, capacidade, etc.).
- Geração de relatórios básicos para acompanhamento operacional.

6. Sistema de Cabeamento de Rede e Fibra Óptica

- Organização e identificação dos cabos de rede e fibras ópticas no ambiente.
- Boas práticas para manipulação, inspeção e conservação do cabeamento.
- Padrões de conectorização e cuidados para evitar danos.

7. Sistema de Controle de Acesso e CFTV

- Funcionamento dos dispositivos de controle de acesso (fechaduras, leitores, credenciais).
- Procedimentos para liberação e bloqueio de acessos.
- Monitoramento e operação básica do sistema de câmeras de CFTV.
- Orientações para extração de imagens e manutenção preventiva.

8. Piso Elevado e Adequações Cíveis

- Estrutura e características do piso elevado instalado.
 - Cuidados para movimentação de placas e preservação da integridade do piso.
 - Adequações cíveis executadas no ambiente e seus impactos no uso diário.
-



Objetivos do Treinamento

- Capacitar a equipe designada a operar corretamente cada solução fornecida e instalada.
- Possibilitar o monitoramento básico e a identificação de falhas, facilitando diagnósticos iniciais.
- Preparar a equipe para interagir de forma mais qualificada com o suporte técnico, ao realizar solicitações de manutenção corretiva ou preventiva.

Metodologia e Materiais

- O treinamento deverá ser ministrado presencialmente no local da instalação, com a utilização de material didático impresso e/ou digital.
- Serão realizadas demonstrações práticas sempre que aplicável, para garantir a assimilação do conteúdo.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar instrutores qualificados e fornecer certificados de participação para os integrantes da equipe treinada.

4. Serviço Mensal de manutenção preventiva e corretiva - 56 (cinquenta e seis) meses

As manutenções PREVENTIVAS deverão ser realizadas pela CONTRATADA durante a garantia, conforme a recomendação dos fabricantes dos equipamentos fornecidos.

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 dias após assinatura do contrato, o PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, detalhando as atividades e periodicidade de manutenção em cada subsistema. A CONTRATANTE irá analisar o plano, podendo consultar manuais de manutenção dos produtos ou fabricantes, e exigir alterações no PLANO, prevalecendo sempre o maior rigor técnico, alta disponibilidade e confiabilidade da operação da infraestrutura Data Center.

A CONTRATADA deverá propor o PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA com as mínimas periodicidades, a seguir.

SUBSISTEMA	PERIODICIDADE MÍNIMA ACEITÁVEL
Sistemas de Energia (UPS, ATS, STS, Rack PDU)	Quadrimestral
Sistema de Climatização de Precisão	Trimestral
Sala (Alvenaria, Pintura, Porta Corta Fogo, Piso, etc)	Semestral



A cada 6 meses, com início contado a partir do start-up, a CONTRATADA deverá efetuar obrigatoriamente substituição de todos os filtros de ar condicionado e UPS. Deverão ser usados somente peças originais e recomendadas pelo fabricante.

A garantia abrange a reposição total de todos os componentes e equipamentos que compõem a solução de Data Center Modular, em caso de defeito, inclusive possíveis deslocamentos de técnicos, caso se façam necessários, sem custo adicional para a CONTRATANTE. Somente peças originais deverão ser utilizadas;

A manutenção preventiva e corretiva deverá ser prestada diretamente pelo fabricante do equipamento, ou através de sua rede de assistência técnica autorizada, podendo a CONTRATADA efetuar subcontratação dos serviços de manutenção.

Caso não haja conserto, o fornecedor deverá disponibilizar novo equipamento de igual a especificação inicial ou superior;

A garantia referente a todos os equipamentos que compõem o Data Center Modular será do tipo on-site, que consiste em no caso de incidentes e problemas que a CONTRATADA deverá solucioná-los in loco;

Durante o período de garantia contratual, quaisquer materiais que apresentem vícios insanáveis ou que não comportem conserto deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da notificação formal expedida pela fiscalização.

O prazo para substituição poderá ser prorrogado, a exclusivo critério da Administração, desde que o vício não esteja causando a paralisação total dos serviços ou comprometendo a operação do sistema.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO III DO Termo de Referência

PAÍSES ELEGÍVEIS

Elegibilidade para Provisão de Bens, Obras e Serviços em Contratos Financiados pelo Banco

Nota: O termo "Banco" usado neste documento inclui o BID, o FUMIN e outros fundos administrados por ele.

1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a) Países Mutuários:

- (i) *Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.*

b) Países não Mutuários:

- (i) *Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, República Popular da China, República da Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.*

c) Territórios elegíveis:

- (i) *Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - como Estado da França*
- (ii) *Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos EUA*





GOVERNO DA PARAÍBA

- (iii) *Aruba - como um país integrante do Reino dos Países Baixos, assim como, Bonaire, Curaçao, Santa Marta, Saba, Santo Eustáquio - como Estados do Reino dos Países Baixos*
- (iv) *Hong Kong - Região Administrativa Especial da República Popular da China.*

2) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

As disposições das políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a nacionalidade das firmas e indivíduos elegíveis para participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Nessas determinações, serão utilizados os seguintes critérios:

A) Nacionalidade

a) **Um indivíduo é considerado nacional** de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

- i. É cidadão de um país membro; ou
- ii. Estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

b) **Uma firma é considerada nacional** de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

- i. Está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e
- ii. Mais de cinquenta por cento (50%) do capital da firma é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco.





Todos os membros de um consórcio e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens têm origem em um país membro do Banco se foram extraídos, desenvolvidos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou utilidades básicas são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como "feito na União europeia", estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 28/11/2025 - 14:50hs.
Documento Nº: 8480238.79178952-2863 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.79178952-2863>



FAZPRC202501041V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO IV do Termo de Referência

Política do Banco sobre Práticas Proibidas

1.1 O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, *inter alia*, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco ¹ todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento ou seja informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

¹. No *site* do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.





GOVERNO DA PARAÍBA

- (i) uma *prática corrupta* consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma *prática fraudulenta* é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma *prática coercitiva* consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte; e
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:
- (aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,
- (bb) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou
- (cc) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir; e





GOVERNO DA PARAÍBA

(vi) A “apropriação indevida” consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito indevido ou para um propósito não autorizado, cometido de forma intencional ou por negligência grave.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 28/11/2025 - 14:50hs.

Documento Nº: 8480238.79179032-1783 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.79179032-1783>



FAZPRC202501041V03



GOVERNO DA PARAÍBA

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação² como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos

² Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.





GOVERNO DA PARAÍBA

funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação





GOVERNO DA PARAÍBA

provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2 Os Concorrentes ao apresentar uma proposta declaram e garantem que:





GOVERNO DA PARAÍBA

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO V do Termo de Referência

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico xxx
Processo nº XXXX
Objeto e órgão(s) participante(s):
Empresa (Razão Social/CNPJ):
Endereço/Telefone/E-mail:
Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)
Representante Legal:

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços para a Contratação de solução de Sala Segura para os equipamentos de informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Secretaria (Data Center), incluindo todos os componentes e peças que integram a referida sala, bem como os serviços de elaboração dos projetos executivos, fornecimento da documentação técnica completa, instalação, suporte técnico e treinamento para operação e manutenção da solução implantada:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Unid	Preço Unit.	Total do Item
1	1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	1	UND		
	2	Projetos e documentação	1	UND		
	3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	30	Horas		
	4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	60	meses		
Total do LOTE 1						





GOVERNO DA PARAÍBA

Detalhamento dos itens necessários que devem compor a sala segura, com seus respectivos quantitativos:

Item	Descrição	Qtd	Preço Unit.	Total do Item
1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	1	R\$	R\$
1.1	Fornecimento e Instalação de Sistema de Infraestrutura de Alimentação Elétrica (Quadros, Circuitos Elétricos, Infraestrutura Seca, entre outros).	1		
1.2	Fornecimento e Instalação de UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60kW.	2		
1.3	Fornecimento e Instalação de Rack de TI padrão 19" com sistema de confinamento e acessórios.	8		
1.4	Fornecimento e Instalação de Climatização de precisão do tipo Inrow.	4		
1.5	Fornecimento e Instalação de Sistema de Gerenciamento de Infra-Estrutura de Data Center (DCIM).	1		
1.6	Fornecimento e Instalação de Sistema de Cabeamento de Rede e Fibra Óptica.	1		
1.7	Fornecimento e Instalação de Sistema de Controle de Acesso e CFTV.	1		
1.8	Fornecimento e Instalação de Piso Elevado e execução de adequações civis - ambiente com área de 26,1m ² .	1		
TOTAL ITEM 1				
2	Projetos e documentação	1	R\$	R\$
2.1	Elaboração e entrega dos projetos executivos, As Built, plantas técnicas, memoriais descritivos, manuais de operação e manutenção, certificados de ensaio e garantia, databook técnico e demais documentos de apoio à gestão, operação e manutenção do Data Center.	1		
3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	30	R\$	R\$
3.1	Realização de treinamento técnico presencial para equipe da SEFAZ, abrangendo operação, manutenção básica, monitoramento e procedimentos de contingência dos sistemas implantados, com fornecimento de material didático e certificado de participação.	30		
4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	60	R\$	R\$
4.1	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva.	60		
VALOR TOTAL				

Total do LOTE 1 (Item 1 + Item 2 + Item 3 + Item 4) – R\$ _____
(por extenso)

Alíquota de ISS (Item 2 + Item 3 + Item 4): ____%

Alíquota de ICMS (Item 1): ____%





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Nota Explicativa:

*O Item 1 da proposta é caracterizado como fornecimento de mercadoria/produto, razão pela qual sobre seu valor incidirá o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), devendo ser aplicada a alíquota correspondente conforme a legislação tributária vigente.

**Os Itens 2, 3 e 4 da proposta são caracterizados como prestação de serviços. Dessa forma, sobre os respectivos valores incidirá ISS (Imposto Sobre Serviços), mediante aplicação da alíquota definida pela legislação municipal competente

Validade da Proposta: (Não poderá ser inferior a 90 dias)

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR

Assinatura do Representante Legal
(Cargo/RG/CPF)

Observação: Utilizar papel timbrado da empresa



FAZCAP202601025



ANEXO VI do Termo de Referência
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

_____, inscrita no CNPJ sob número _____ por intermédio de seus representantes legais, doravante designada simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, através do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba — **SEFAZ/PB**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da **SEFAZ/PB**, que podem e devem ser conceituadas como sigilo fiscal ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da **SEFAZ/PB**, terceirizados e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da **SEFAZ/PB** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas ao sigilo fiscal que a **SEFAZ/PB** deve observar, por imposição legal;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de arrecadação, de contribuintes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas ou de propriedade da **SEFAZ/PB** e outros, bem como estruturas lógicas e físicas dos equipamentos de Tecnologia da Informação - TI;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Outros documentos e informações porventura conhecidos durante a execução dos serviços.





GOVERNO DA PARAÍBA

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da **SEFAZ/PB** a tratá-la diferentemente.

Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa da **SEFAZ/PB** poderá ser interpretada como liberação e qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL recolherá, ao término do Contrato, para imediata devolução à SEFAZ/PB, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a esta relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pela **SEFAZ/PB**.

Parágrafo Único

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente à SEFAZ/PB qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e a **SEFAZ/PB** e abrangem as informações





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

presentes ou futuras, tudo em conformidade com o artigo 198 da lei federal 5.172/66 e do Decreto Estadual nº 33.050, de 25.06.2012.

CLÁUSULA OITAVA

O foro para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo é o da Seção Judiciária de JOÃO PESSOA/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa (PB), ____ de ____ de ____



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 28/11/2025 - 14:50hs.
Documento Nº: 8480238.79179393-8713 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.79179393-8713>



FAZPRC202501041V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

(Emitir em papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Telefone: _____

Email: _____

Eu, _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARO que vistoriei todas as dependências onde serão realizados serviços Outsourcing de Impressão, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente na execução dos serviços que se fizerem necessários para a execução contratual.

_____, ____ de ____ de ____.

Representante da Empresa

Representante da SEFAZ



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 28/11/2025 - 14:50hs.
Documento Nº: 8480238.79179493-7752 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.79179493-7752>



FAZPRC202501041V03



ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(Emitir em papel timbrado da empresa)

Eu, [Nome do Representante Legal], portador do CPF nº [número do CPF], representante legal da empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o número [número do CNPJ], com sede em [endereço completo], DECLARO que não foi realizada vistoria nas dependências onde serão realizados os serviços. DECLARO, ainda, que tenho conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão, estando plenamente ciente da infraestrutura e das condições para a prestação do serviço e dou fé que conheço todos os elementos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação. Portanto, responsabilizo-me integralmente pela execução dos serviços nas condições descritas no Termo de Referência.

Por fim, manifesto minha inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

_____, ____ de ____ de ____.

[Nome do Representante
Legal] [Cargo]
[Nome da Empresa]





ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.000.501041.2025

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ E A
EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 20.000.501041.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 092/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SALA SEGURA PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA QUE COMPÕEM A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA SECRETARIA (DATA CENTER), INCLUINDO TODOS OS COMPONENTES E PEÇAS QUE INTEGRAM A REFERIDA SALA, BEM COMO OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS, FORNECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA, INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO IMPLANTADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 14% (quatorze) por cento do valor total do contrato, nas seguintes condições:
 - 4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:



- 4.1.1.1. Fornecimento, instalação, montagem e comissionamento da solução de Sala Segura (datacenter modular), compreendendo todos os seus subsistemas — infraestrutura de alimentação elétrica, UPS, racks com sistema de confinamento, climatização de precisão, DCIM, cabeamento estruturado de rede e fibra óptica, controle de acesso e CFTV, piso elevado e adequações civis —, bem como a elaboração dos projetos executivos, entrega da documentação técnica (incluindo As Built e databook) e a realização do treinamento/repasso de tecnologia.
- 4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
 - 4.1.2.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e subsistemas que compõem a Sala Segura, exclusivamente quando executados pelo fabricante dos equipamentos fornecidos ou por sua rede de assistência técnica devidamente autorizada/credenciada, nos termos do item 4 do Anexo II – Especificações Técnicas, observadas as seguintes condições.
 - 4.1.3. Observar as regras previstas no item 4.2.3. do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
 - 4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:
 - 4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
 - 4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
 - 4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
 - 4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO



- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensualContratado> (<ValorMensualContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, nos casos em que couber.
 - 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme o Termo de Referência, anexo a este Contrato;
- 9.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.24.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - CLÁUSULAS BID – POLÍTICA SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS

- 10.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, inter alia, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco¹ todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento, ou seja, informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além

¹ No *site* do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.



disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

- (i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;
- (ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;
- (iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes, efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar imprópriamente as ações de outra parte;
- (v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou

(cc) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 10.1(f) a seguir; e

- (vi) A “apropriação indevida” consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito indevido ou para um propósito não autorizado, cometido de forma intencional ou por negligência grave.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;



- (iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
 - (iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;
 - (v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação² como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
 - (vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;
 - (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.
- (c) O disposto nos parágrafos 10.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas serão de caráter público.
- (e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;
- (f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos

² Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.



os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionárias e negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

- (g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

10.2. Os Concorrentes ao apresentar uma proposta declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e



(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 10.1 (b).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CLÁUSULAS BID – DA SUPERVISÃO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

- 11.1. **Supervisão da execução do Projeto:** Para efeitos do disposto no Artigo 7.02 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo 5188 OC-BR, os documentos que, até a data da assinatura daquele contrato, foram identificados como necessários para supervisionar o progresso na execução do Projeto são os seguintes:
- (a) Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário, por meio da SEFAZ, deverá apresentar ao Banco o Plano Operacional Anual (POA). O primeiro POA deverá ser elaborado para os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo. O segundo e seguintes POA deverão ser apresentados ao Banco até o dia 30 de novembro de cada ano, para sua utilização durante o calendário seguinte. Os POA devem ser atualizados segundo as necessidades de execução do Projeto e cada atualização deverá ser aprovada pelo Banco.
 - (b) Durante o Prazo Original ou de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário, por meio da SEFAZ, deverá apresentar ao Banco, com cópia para a Secretaria Executiva do Ministério da Economia, os relatórios semestrais de progresso dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre.
- 11.2. **Avaliação de resultados:** O Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente, ao Banco, a seguinte informação para determinar o grau de cumprimento do objetivo do Projeto e seus resultados:
- (a) **Avaliação intermediária:** Caso o Banco julgue necessário, deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias do cumprimento dos 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do Contrato de Empréstimo ou da data em que tenha sido desembolsado cinquenta por cento (50%) dos recursos do Empréstimo, o que ocorrer primeiro.
 - (b) **Avaliação final:** Deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias da data do último desembolso.
 - (c) As avaliações mencionadas nos incisos (a) e (b) desta Cláusula deverão respeitar o conteúdo previsto no Plano de Monitoramento e Avaliação aprovado pelo Banco para o Projeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



- 12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 13.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor {Inicial_Total_Anual} do contrato.
- 13.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 13.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 13.5 deste contrato.
- 13.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 13.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 13.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



- 13.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 13.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 13.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 13.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 13.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 13.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 13.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 13.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 13.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 13.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 13.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 13.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 13.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 13.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 13.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.



(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Maxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<Multa MaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



- 14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 15.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.4.3. Indenizações e multas.



15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 20.902.FADAT; 20102 ESAT;

II) Fonte de Recursos: 754; 500;

III) Programa de Trabalho: 5292;

IV) Elemento de Despesa: 449052 (Item 1 - aquisição); 449040 (Item 2 - serviço); 449039 (item 3 – treinamento); 339040 (item 4 - serviço)

V) Nota de Empenho:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.



20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n.º _____, sediada no seguinte endereço: _____, n.º e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO IV**Planilha de Custos e Formação de Preço**

	Descrição	Percentual sobre o valor da proposta	Valor R\$
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
TOTAL DO CONTRATO		100 %	

Orientações para o preenchimento da planilha:

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada:** relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial; **Outros insumos:** relacionar o que compõe a conta.

Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

Simples Nacional: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

Local, dia, mês e ano.
assinatura

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDAGOVERNO
DA PARAÍBA**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

A Secretaria identificou a necessidade de garantir condições adequadas de segurança física e ambiental para os equipamentos que compõem seu Data Center, uma vez que a sala atual localizada no Anexo IV do centro administrativo apresenta limitações quanto à climatização, energia redundante e proteção contra incêndio, o que representa risco à continuidade e integridade dos serviços de TI. Foram analisadas alternativas como a readequação do ambiente existente, a contratação de espaço em data center terceirizado e a implantação de uma nova Sala Segura, sendo esta última considerada a mais viável técnica e economicamente. Assim, recomenda-se a contratação de solução completa de Sala Segura, contemplando projetos executivos, fornecimento e instalação de componentes, documentação técnica, suporte e treinamento para operação e manutenção.

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Decreto Estadual nº 46.187/2025, de 28 de janeiro de 2025.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria de Estado da Fazenda-PB é responsável por arrecadar e gerir os tributos estaduais, prover serviços digitais aos contribuintes e garantir a integridade e disponibilidade das informações fiscais e financeiras que sustentam as políticas públicas, em seu cotidiano possui um grande volume de dados, utilizados em suas diversas áreas de atuação. Atualmente, a infraestrutura tecnológica da Secretaria opera com um único datacenter com modelo sala segura, considerando a necessidade de serviços, sistemas e correlatos estejam disponíveis para os seus contribuintes. A contratação de um segundo datacenter que vise a alta disponibilidade, redundância e continuidade, assim ampliando a capacidade técnica de atender à crescente demanda por serviços digitais para contribuintes, servidores e demais órgãos do Estado.

Diante disso essa iniciativa visa mitigar riscos operacionais, assegurar a conformidade com as boas práticas de governança e segurança da informação, além de ampliar a capacidade tecnológica da Secretaria de Estado da Fazenda-PB.

1.1. Motivação/Justificativa

Considerando as atividades desempenhas pela Secretaria de Estado da Fazenda que têm grande relevância em seus serviços prestados a sociedade no campo socioeconômico e social para o Estado da Paraíba e seus diversos sistemas informatizados para o exercício de suas atribuições institucionais (arrecadação,

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

fiscalização e contencioso tributário, receitas não tributárias e gestão financeira do Estado, dentre outras), sendo esse o motivo pelo qual é fundamental manter a disponibilidade, redundância e continuidade de seu ambiente computacional assim com salvaguarda seus dados através da contratação de uma segunda sala segura.

A situação atual onde temos apenas uma sala segura, ambiente tecnicamente ideal para o funcionamento de equipamentos de alta performance (servidores, storages, firewalls, switches, dentre outros equipamentos.). Apesar de existir uma redundância a mesma é feita de forma não satisfatória sendo realizada em uma sala improvisada sem as condições de infraestrutura elétrica e de refrigeração ideais para suportar o funcionamento desses equipamentos vinte e quatro horas por dia, comprometendo a confiabilidade e segurança da infraestrutura tecnológica nesse local.

Diante de a necessidade de garantir a continuidade operacional dos serviços de tecnologia da informação e a capacidade de processamento de dados da SEFAZ-PB, faz-se imprescindível a contratação de uma nova Sala Segura para abrigar um ambiente de redundância do Data Center da Secretaria. Atualmente, a infraestrutura tecnológica encontra-se concentrada em um único ambiente físico, o que representa um risco elevado para a disponibilidade dos sistemas em caso de falhas, incidentes ambientais, sinistros ou ataques cibernéticos. A implantação de uma nova Sala Segura visa mitigar tais riscos, por meio de um ambiente projetado de acordo com as melhores práticas e normas técnicas, dotado de controle de acesso, climatização, detecção e combate a incêndio, redundância elétrica e cabeamento estruturado adequado. Essa solução proporcionará maior estabilidade, resiliência e segurança para os dados e serviços disponibilizados pela Secretaria, assegurando que os contribuintes e cidadãos paraibanos tenham acesso contínuo e confiável aos

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB

3



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

sistemas tributários e demais serviços digitais, mesmo diante de eventos adversos.

Por esse motivo, o presente Estudo Técnico tem por objetivo identificar qual a melhor solução técnica para prover a redundância necessária, buscando a melhor relação custo benefício possível, a fim de garantir alta disponibilidade e segurança para a infraestrutura tecnológica da SEFAZ-PB.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO

Os equipamentos que compõem a infraestrutura tecnológica da SEFAZ-PB, são responsáveis por prover todos os sistemas corporativos e demais serviços ligados às atividades institucionais desta Secretaria, viabilizando a interação com os usuários internos e externos, através de conexões de redes de dados, internet, sistemas corporativos (ATF, eProcesso, etc.), sendo responsáveis também pelo armazenamento de dados, garantindo sua segurança e sigilo, além de fornecer todos os insumos tecnológicos para as atividades finalísticas da Secretaria (Tributação, Arrecadação e Fiscalização) além das atividades de ordem administrativa e de recursos humanos.

Dessa forma, considerando a relevância dessa infraestrutura para as atividades relacionadas ao negócio da SEFAZ, além da necessidade de que essa infraestrutura esteja disponível vinte e quatro horas por dia, pois alguns procedimentos e rotinas são processados durante à noite e nos finais de semana, essa infraestrutura necessita de uma redundância eficiente e segura, para garantir que as atividades negociais da Secretaria funcionem de forma ininterrupta.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

2.2. REQUISITOS DE NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

A construção de uma sala segura deve atender a alguns requisitos técnicos essenciais para a garantia do seu perfeito funcionamento, proporcionando segurança e estabilidade à infraestrutura tecnológica que ali será instalada.

Assim, a instalação de uma sala segura requer, previamente, um ambiente físico construído todo em alvenaria, sem janelas, com uma porta corta-fogo medindo um metro de largura, com abertura para fora.

A partir do ambiente descrito acima, deverão ser instalados todos os itens que compõem uma sala segura, discriminados e quantificados conforme projeto, contendo piso elevado, sensores de detecção de líquido, sensores de detecção de fumaça, racks padronizados para a instalação dos equipamentos de infraestrutura (servidores, storages, firewalls, switches e demais equipamentos de conectividade), carenagens para fazer o confinamento do ar quente dissipado pelos equipamentos, sistema de refrigeração de precisão que absorverá o ar quente confinado, resfriando-o e lançando na parte frontal dos racks dos equipamentos, para fazer seu resfriamento com maior precisão, sensores ambientais de temperatura e humidade, sensores de abertura de racks, sistema de câmeras de segurança, sistema de fornecimento de energia ininterrupta, conexão do rack de telecomunicações com os racks das operadoras fornecedoras dos links de dados, que serão instalados na sala ao lado da sala segura, sistema eletrônico de gerenciamento e monitoramento dos itens que compõem a sala, além de sensores biométricos para a abertura da porta da sala.

Dessa forma, todos os itens descritos acima deverão ser fornecidos e instalados pela

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

empresa vencedora deste processo licitatório, que deverá oferecer garantia e suporte técnico por um período de, no mínimo, doze meses, contados a partir da data da entrega da sala totalmente instalada e funcional, responsabilizando-se pela correção imediata de quaisquer problemas apresentados na sala, decorrentes de mal funcionamento de peças e componentes por ela fornecidos e instalados.

2.3. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

- Requisitos de garantia:
 - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
 - Durante a garantia, a Contratada deverá realizar manutenções preventivas periódicas e, quando houver a necessidade, manutenções corretivas, com substituição de peças, sem qualquer custo adicional para a Contratante.
- Requisitos de sustentabilidade:
 - A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;
 - As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.
 - Os produtos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu uso (tempo de uso) - Logística reversa;

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

• Requisitos de serviço:

- Os serviços de instalação, configuração, treinamento e operação assistida deve ser prestado por empresa-revenda-integrador credenciado pelo fabricante da solução.
- Os serviços deverão acontecer dentro do prazo contratual, observando o cronograma a ser detalhado desde a formalização do contrato até a finalização do mesmo;

• Requisitos legais:

- Comprovação de aptidão para o fornecimento dos bens-serviços do objeto desta contratação de solução para implantação de Sala Segura por meio da apresentação de certidões ou atestados.
- Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

• Requisitos temporais:

- O início do fornecimento do objeto deve ser em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções analisadas foram definidas a partir de uma mesma necessidade: a instalação dos equipamentos que compõem o Data Center da SEFAZ-PB em um ambiente seguro, com fornecimento de energia ininterrupta, refrigeração de precisão e demais itens redundantes que garantam a alta disponibilidade dos serviços ali hospedados.

Dessa forma, foram analisadas três soluções, considerando aspectos relacionados à Segurança da Informação, Conectividade, Disponibilidade e Desempenho.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Sendo assim, foram construídos **três cenários**, considerando os aspectos mencionados acima, conforme discriminação abaixo:

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	CENÁRIO 1: Contratação de solução de Sala Segura composta por racks padronizados, diversos itens de segurança física, controle ambiental, energia ininterrupta, refrigeração de precisão com confinamento de ar quente, controle biométrico, piso elevado e CFTV, a ser instalada em sala com paredes de alvenaria, sem janelas, com porta corta-fogo, na nova sede da SEFAZ-PB.
2	CENÁRIO 2: Contratação Sala de equipamentos a ser instalada em sala simples, feita com divisórias e com refrigeração de conforto (tipo Split), na nova sede da SEFAZ-PB.
3	CENÁRIO 3: Contratação de serviços de Nuvem Pública para hospedar todos os sistemas e serviços disponibilizados atualmente pela SEFAZ-PB.

3.1. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Para fins de análise comparativa entre os três cenários propostos, foram considerados os seguintes requisitos:

n- Requisitos de Negócio

Todos os sistemas e serviços oferecidos pela SEFAZ devem estar disponíveis 24 horas por dia, sem que haja paralisações abruptas.

Além disso, os custos referentes à implantação e manutenção da solução proposta deverão ser economicamente viáveis, representando uma boa relação custo/benefício para a SEFAZ.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

- Requisitos Tecnológicos

Segurança – Item fundamental para a garantia de continuidade do negócio. Um data center deve ser dotado de segurança física (localização segura, paredes de alvenaria, sensores ambientais, controle de acesso, etc.), além da cybersegurança, que envolve ferramentas (softwares) capazes de protegê-lo contra ameaças virtuais (malware, phishing, ataques DDos, etc.), garantindo o sigilo de informações sensíveis nele armazenadas.

Disponibilidade – Um data center deve funcionar vinte e quatro horas por dia, ininterruptamente, visando manter disponíveis todos os serviços e sistemas oferecidos pela SEFAZ. Por isso, deve contar com redundância de todos os itens considerados essenciais para o seu funcionamento (nobreake, gerador, diversos links de dados de operadoras distintas, refrigeração de precisão, etc.).

Desempenho – Um data center deve ser dotado de uma infraestrutura robusta o suficiente para atender às demandas que receber de forma ágil, sem lentidão ou travamentos que venham a tornar o tempo de resposta lento, prejudicando as atividades das áreas demandantes e comprometendo também o atendimento ao público em geral.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Requisitos		Cenários		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Negócio	Sistemas e Serviços disponíveis 24h/dia	Atende	Não atende	Atende
	Custo/Benefício	Atende	Não atende	Não atende
Tecnológico	Segurança	Atende	Não atende	Atende
	Disponibilidade	Atende	Não atende	Atende
	Desempenho	Atende	Não atende	Atende
Resultado da Análise		Viável	Não viável	Não viável

3.2. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Considerando a análise comparativa das soluções, identificou-se que as soluções apresentadas nos Cenários 2 e 3, foram consideradas inviáveis, conforme detalhamento a seguir:

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





CENÁRIO 2 – Considerado inviável por não atender aos Requisitos Tecnológicos de Segurança, Disponibilidade e Desempenho, comprometendo o Requisito de Negócio relativo a manter Sistemas e Serviços disponíveis 24H/dia, e, dessa forma, acaba inviabilizando também a relação Custo/Benefício, já que, apesar do seu baixo custo de implementação, a solução proposta nesse Cenário não atinge os benefícios desejados.

CENÁRIO 3 - Apesar de atender a todos os requisitos tecnológicos, a solução apresentou um elevado nível de exigências que a tornou financeiramente inviável. Além disso, implica riscos legais e operacionais, reduz o controle da SEFAZ-PB sobre sua infraestrutura crítica e gera excessiva dependência de terceiros e de links externos. Essa combinação compromete a relação custo-benefício da proposta, uma vez que, para atender integralmente aos requisitos tecnológicos, os custos de implementação e manutenção se tornariam excessivamente altos e desproporcionais em relação às demais alternativas avaliadas.

3.3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A decisão pela contratação de solução de sala segura (Cenário 1) deve-se ao fato de que a referida solução apresenta a melhor relação custo benefício, fornecendo um ambiente seguro, controlado e estável, com o fornecimento de energia ininterrupta, refrigeração de precisão e sensores ambientais capazes de identificar qualquer anomalia no interior da sala (fumaça, líquido, temperaturas elevadas, humidade excessiva, abertura de porta de rack, etc.), além do controle biométrico de acesso.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Todas essas características técnicas em conjunto, proporcionarão à infraestrutura de data center da SEFAZ, a estabilidade necessária para que os serviços e sistemas oferecidos por ela aos contribuintes e à sociedade em geral, estejam sempre disponíveis, vinte e quatro horas por dia, minimizando os riscos de interrupções abruptas que possa deixá-los indisponíveis e gerar possíveis danos materiais aos equipamentos que compõem o data center (servidores, storages, switches, firewalls, etc.).

3.4. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A contratação tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos e serviços associados a um valor economicamente justo.

A solução proposta no **Cenário 1 (Sala Segura)** apresenta a melhor relação custo x benefício dentre os três cenários analisados, pois, oferece todos os itens de segurança necessários ao bom funcionamento de um Data Center, garantindo a disponibilidades dos serviços e escalabilidade da infraestrutura, sem a necessidade de investimentos adicionais na estrutura física da sala.

Com relação ao parcelamento da solução, considerou-se o que segue:

- O objeto não pode ser parcelado por questões de garantia e eficiência da solução pretendida, uma vez que se trata de materiais e serviços que só podem ser fornecidos e instalados por uma mesma empresa contratada;
- Os itens que compõem a sala segura são todos modulares, de forma que se integram entre si. Dessa forma, o fornecimento parcelado inviabilizaria a

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

instalação da referida sala, comprometendo seu perfeito funcionamento e colocando em risco a infraestrutura tecnológica da SEFAZ-PB;

- A eventual divisão do objeto em grupos diversos poderia ocasionar uma situação em que a instalação da sala se tornaria inexecutável por envolver produtos diferentes, que não se interconectam, comprometendo o funcionamento do conjunto como um todo.

Além do fato de que, ter apenas um único fornecedor, diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação; eleva a eficiência administrativa do setor público e otimiza o gerenciamento de seus contratos de fornecimento.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise comparativa dos três cenários apresentados, concluiu-se que a solução que melhor atende às necessidades da SEFAZ-PB é a apresentada no **CENÁRIO 1**

— **Contratação de Solução de Sala Segura**, pelos seguintes motivos:

- A Sala Segura será instalada no próprio ambiente da SEFAZ-PB, garantindo controle total sobre o espaço físico e a infraestrutura tecnológica. O ambiente será construído com paredes de alvenaria, sem janelas, e equipado com porta corta-fogo, oferecendo proteção contra incêndios e invasões. Sensores ambientais, como fumaça, líquidos, temperatura e umidade, monitorarão continuamente as condições do espaço, prevenindo danos a equipamentos críticos.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





- O acesso físico à Sala será rigorosamente controlado por sensores de abertura nos racks e sistema de controle biométrico, garantindo que apenas pessoal autorizado possa manipular os equipamentos. Esse controle de acesso, aliado a monitoramento contínuo, reforça a segurança física e minimiza riscos de incidentes internos e externos.
- A infraestrutura contará com refrigeração de precisão com confinamento de ar quente, assegurando a operação estável dos equipamentos mesmo em condições ambientais adversas. Além disso, o fornecimento de energia será garantido por sistemas de no-break e gerador, permitindo continuidade operacional mesmo em casos de falha na rede elétrica.
- A solução inclui manutenção preventiva e corretiva por doze meses, abrangendo todos os componentes da Sala Segura, desde sistemas de refrigeração até equipamentos críticos de TI. Esse suporte garante alta disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados pela SEFAZ-PB.
- A integração desses elementos permitirá que a Sala Segura funcione de forma contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana, assegurando que todos os sistemas e serviços da SEFAZ-PB permaneçam disponíveis para contribuintes e cidadãos paraibanos, mesmo diante de falhas, eventos adversos ou situações emergenciais.
- Benefícios estratégicos adicionais incluem:
 - Redução de riscos operacionais e interrupções de serviços críticos;
 - Atendimento a padrões de segurança e compliance exigidos por órgãos reguladores;
 - Base sólida para expansão futura de infraestrutura tecnológica;
 - Garantia de continuidade dos serviços digitais, contribuindo para eficiência administrativa e satisfação do cidadão.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Em resumo, a contratação da Sala Segura não apenas atende aos requisitos técnicos, mas também fortalece a resiliência operacional, a segurança da informação e a capacidade da SEFAZ-PB de prestar serviços contínuos e confiáveis à população.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para a definição das quantidades a serem contratadas, foram analisados o atual ambiente seguro da SEFAZ-PB (sala segura), considerando a quantidade de equipamentos atuais, além das quantidades de equipamentos planejadas para serem adquiridas nos próximos anos.

Dessa forma, os itens necessários para compor a nova sala segura, com seus respectivos quantitativos, são apresentados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	Média dos últimos 3 anos	QTDE ESTIMADA	UND
1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	0	0	0	0	1	UND
2	Projetos e documentação	0	0	0	0	1	UND
3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	0	0	0	0	30	Horas
4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	0	0	12	4	56	meses

As quantidades e especificações preliminares dos itens propostos foram apresentadas e justificadas pela área demandante no Documento de Formalização

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





da Demanda, que fundamentou a necessidade de cada componente.

No presente Estudo Técnico Preliminar, as análises concentram-se nos aspectos técnicos, de viabilidade, economicidade e adequação da solução, considerando as quantidades informadas no DFD como base para a definição da melhor alternativa.

Detalhamento do Item 1:

Item 1 - Fornecimento e instalação de data center modular indoor

- 1.1. Fornecimento e Instalação de Sistema de Infraestrutura de Alimentação Elétrica (Quadros, Circuitos Elétricos, Infraestrutura Seca, entre outros) – 1 unidade
- 1.2. Fornecimento e Instalação de UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60kW – 2 unidades
- 1.3. Fornecimento e Instalação de Rack de TI padrão 19" com sistema de confinamento e acessórios – 8 unidades
- 1.4. Fornecimento e Instalação de Climatização de precisão do tipo Inrow - 4 unidades
- 1.5. Fornecimento e Instalação de Sistema de Gerenciamento de Infraestrutura de Data Center (DCIM) – 1 unidade
- 1.6. Fornecimento e Instalação de Sistema de Cabeamento de Rede e Fibra Óptica – 1 unidade
- 1.7. Fornecimento e Instalação de Sistema de Controle de Acesso e CFTV – 1 unidade
- 1.8. Fornecimento e Instalação de Piso Elevado e execução de adequações civis - ambiente com área de 26,1 m² - 1 unidade

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Detalhamento do Item 2:

Item 2 - Projetos e documentação

2.1 - Trata-se de serviço de elaboração/confecção e/ou entrega/fornecimento de projetos executivos, databook revisados, AS BUILT do projeto executivo, manuais, certificados de ensaios e de garantia, desenhos, plantas e demais documentos de apoio a gestão, operação e manutenção das soluções implantadas.

Detalhamento do Item 3:

Item 3 - Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia

3.1.1 - Trata-se de fornecimento de treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia acerca das soluções implantadas para equipe, em número de 10 (dez) participantes, designada pela CONTRATANTE, conforme Anexo II – Especificações Técnicas.

3.1.2 - Este treinamento/repasse de conhecimento deverá abranger todos os tópicos relacionados aos ITEM 1 do objeto descritos neste Termo de Referência e seus anexos, bem como permitir que a equipe entenda o funcionamento e a operação de cada solução completa.

3.1.3 - O objetivo do treinamento/repasse de conhecimento é tornar a equipe apta a operar corretamente o ambiente e mantê-lo operando, permitindo que a equipe possa realizar solicitações mais qualificadas quando necessária a abertura de chamados para manutenções corretivas.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Detalhamento do Item 4:

Item 4 - Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva

4.1.1 - Trata-se de serviços de manutenção preventiva e corretiva da solução, incluindo fornecimento de peças, por período de 56 (sessenta) meses.

4.1.2 - O escopo do serviço de manutenção preventiva e corretiva da solução envolverá todos os componentes descritos neste Termo de Referência e seus anexos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Verifica-se que o objeto pretendido poderá ser fornecido por diversas empresas atuantes no mercado, em diversas unidades da Federação. Dessa forma, a competitividade do certame encontra-se assegurada, uma vez que não há exclusividade na contratação.

Por se tratar de um projeto altamente específico e de elevada complexidade técnica, torna-se inviável a obtenção de processos licitatórios anteriores que possuam exatamente o mesmo objeto, com as mesmas especificações técnicas e respectivos quantitativos que compõem a solução proposta.

As peculiaridades inerentes à implantação de um Data Center modular, incluindo suas exigências técnicas, normativas e de integração dos diversos sistemas, tornam a comparação direta com outras contratações impraticável, uma vez que cada projeto apresenta características únicas, adaptadas às necessidades e ao ambiente físico da instituição contratante.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





A estimativa do valor da contratação será de R\$ 6.341.532,12 (Seis milhões e trezentos e quarenta e um mil e quinhentos e trinta e dois reais e doze centavos), considerando-se a Contratação de solução de Sala Segura para os equipamentos de informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Secretaria (Data Center), incluindo todos os componentes e peças que integram a referida sala, bem como os serviços de elaboração dos projetos executivos, fornecimento da documentação técnica completa, instalação, suporte técnico e treinamento para operação e manutenção da solução implantada. Essa estimativa baseia-se na tabela abaixo, que apresenta a memória de cálculo, bem como nos orçamentos obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores, conforme previsto no inciso V, em conformidade com o Art. 6º do Decreto Estadual nº 42.967/2022. O orçamento encontra-se anexo.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	Valor Unitário(R\$)	Valor Total(R\$)
Lote 001	1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	1	UND	5.525.750,00	5.525.750,00
	2	Projetos e documentação	1	UND	19.654,78	19.654,78
	3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	30	Horas	422,91	12.687,34
	4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	56	meses	13.990,00	783.440,00
Valor Total					R\$ 6.341.532,12	

A metodologia aplicada para a obtenção do valor é o menor valor. Assim, alcançando o valor estimado total da contratação de **R\$ 6.341.532,12 (Seis milhões e**

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

trezentos e quarenta e um mil e quinhentos e trinta e dois reais e doze centavos).

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Na presente licitação a adjudicação/homologação será por LOTE/GRUPO, com base na seguinte justificativa:

A contratação de solução para implantação de Sala Segura envolve componentes integrados e compatíveis, tais como sistemas de controle de acesso, elementos de segurança física, sistemas de monitoramento e redundância de energia. A adjudicação por LOTE garante que todos esses elementos sejam considerados de forma conjunta, assegurando a compatibilidade técnica e funcional entre eles, o que é fundamental para a segurança e eficiência da infraestrutura.

Uma Sala Segura abriga equipamentos críticos de infraestrutura tecnológica, cuja integridade depende de uma solução integrada que garanta proteção física, lógica e operacional. A abordagem de adjudicação por LOTE assegura que a solução seja avaliada e adquirida como um sistema completo, minimizando riscos de incompatibilidade ou vulnerabilidades decorrentes de soluções fragmentadas adquiridas separadamente.

A contratação consolidada por LOTE simplifica o acompanhamento, fiscalização e gerenciamento do contrato, permitindo uma única interlocução e controle sobre o fornecimento, instalação e manutenção de toda a solução de Sala Segura. Isso garante maior efetividade na implementação, evitando problemas decorrentes de etapas descoordenadas ou incompatíveis.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB

20



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

A contratação dessa solução completa por LOTE possibilita melhores condições comerciais, aproveitando economia de escala e negociação de preços mais favoráveis. Além disso, facilita a contratação de fornecedor especializado capaz de entregar uma solução integrada, otimizando recursos públicos.

Normas técnicas e recomendações de segurança recomendam a contratação de sistemas integrados e completos para proteção de infraestrutura crítica. A adjudicação por LOTE garante que a solução atenda aos requisitos de segurança, confiabilidade e sustentabilidade técnica exigidos pelos órgãos reguladores e padrões de mercado.

Ao adquirir a solução de forma consolidada, reduz-se o risco de falhas de interoperabilidade, atrasos na implementação, custos adicionais de integração ou necessidade de ajustes posteriores, assegurando maior eficácia na proteção dos equipamentos

Para tanto, a referida exigência visa garantir que a contratação de solução para implantação de Sala Segura seja adquirida de forma integrada, compatível, segura e eficiente, atendendo às necessidades específicas da infraestrutura tecnológica da SEFAZ, além de otimizar recursos e garantir maior controle e segurança na implementação do projeto. A contratação por **preço global** ensejará o planejamento e racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB

21



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIÁLVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Não se verifica contratação corretas nem interdependentes para a viabilidade da contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO COM O PCA

Declaramos que todos os itens indicados neste Estudo Técnico Preliminar:

- () Constam no Plano de Contratações Anual – PCA.
- () Consta parcialmente no Plano de Contratações Anual – PCA.
- (x) Não constam no Plano de Contratações Anual - PCA.

O PCA tem a finalidade de racionalizar as contratações, garantir o alinhamento de acordo com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

Na manifestada contratação serão utilizados recursos decorrentes do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado – PROFISCO II, o qual decorreu do Contrato de Empréstimo nº 5188/OCBR, formalizado entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

O Contrato de Empréstimo nº 5188/OCBR determina expressamente que deve ser elaborado um Plano de Aquisições em conformidade com as Normas Gerais, onde o Mutuário (Governo do Estado) deverá utilizar ou, dependendo do caso concreto, fazer com que a Secretaria de Estado da Fazenda (órgão executor) o utilize.

No Capítulo II das Normas Gerais, item 60 do Contrato, há a determinação expressa que o Plano de Aquisições é uma ferramenta de programação e acompanhamento

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

das aquisições e contratações do Profisco II. À vista disso, tem-se que se trata de um instrumento utilizado para planejar as aquisições de bens, contratações de serviços que não são de consultoria, em consonância com a GN 2349-15, bem como, de contratações de serviços de consultoria, de acordo com a GN 2350-15.

Dessa forma, deve ser atualizado com frequência considerando as necessidades do Projeto, o qual será submetido à revisão e aprovação do banco.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa para fornecer e instalar os itens que compõem o objeto desse estudo, visa dar maior estabilidade à infraestrutura tecnológica da SEFAZ. Uma vez implementada, a solução proporcionará:

- Estabilidade elétrica, através do fornecimento de energia ininterrupta (gerador e nobreak), gerando assim a redução de possíveis indisponibilidades dos equipamentos corporativos que atendem aos serviços/sistemas;
- Refrigeração de precisão, através do fornecimento de aparelhos de ar condicionado específicos para esse tipo de ambiente, com confinamento de ar quente, melhorando significativamente a eficiência da refrigeração da sala;
- Controle ambiental, através do fornecimento de sensores de temperatura, humidade, fumaça e líquido, que, uma vez acionados, produzirão alarmes e registros no sistema de monitoramento para que ações sejam tomadas a fim de sanar o problema ora detectado;
- Maior segurança física, por meio da implantação de controles de acesso biométrico na entrada da Sala Segura, bem como da instalação de sensores nas portas dos racks, impedindo que pessoas não autorizadas acessem o ambiente ou manipulem os equipamentos ali instalados;

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

- Alta disponibilidade para os sistemas e serviços oferecidos pela SEFAZ, através do conjunto de itens descritos acima, com redundância de energia, refrigeração e telecomunicações, além da redundância proporcionada através da replicação de serviços entre a nova sala e a atual sala segura.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Previamente ao contrato a Administração deverá designar servidores capacitados para atuarem como fiscais do contrato para realizarem as devidas fiscalizações contratuais. Esses fiscais serão responsáveis por supervisionar a correta execução dos serviços contratados em suas respectivas áreas, garantindo o cumprimento dos termos acordados.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;
- As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.
- Os produtos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu uso (tempo de uso) - Logística reversa.

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

O presente estudo técnico versa sobre a implementação uma sala segura para abrigar a infraestrutura tecnológica da SEFAZ-PB de forma redundante.

A escolha pela contratação de solução para implantação de Sala Segura deve-se ao fato de que, dentre os cenários analisados, ela ter sido considerada a mais viável.

Dessa forma, a solução escolhida foi aquela que apresentou a melhor relação custo x benefício para a SEFAZ-PB, ou seja, a solução que conseguiu reunir os melhores benefícios técnicos, associados a um valor justo, condizente com os benefícios que serão gerados.

Assim, considerando que os serviços e sistemas oferecidos pela SEFAZ-PB a contribuintes e cidadãos devem estar disponíveis vinte e quatro horas por dia, de forma ininterrupta, a instalação de uma sala segura apresenta-se como a solução que melhor atenderá a todos os requisitos técnicos necessários para que se atinja o objetivo de prover todos esses sistemas e serviços sob o conceito de alta disponibilidade.

Nesse sentido, a instalação de uma sala segura proporcionará à SEFAZ-PB a estabilidade e confiabilidade necessárias à continuidade do negócio, proporcionando segurança, refrigeração de precisão, eficiência energética, redundâncias em diversos níveis, caracterizando os elementos necessários para atender ao conceito de alta disponibilidade.

Dessa forma, observando as boas práticas administrativas adotadas por Órgãos

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA



GOVERNO
DA PARAÍBA

Públicos, aliado ao ganho em eficiência, economicidade, entende-se que a contratação da empresa mostra-se viável técnica e operacionalmente. Assim, resta adequada à necessidade identificada na demanda com a contratação ora pretendida.

João Pessoa, 12 de janeiro de 2026.

Histórico de Versão:

Criado em: 29/08/2025

Modificado em: 11/11/2025

Modificado em: **12/01/2026**

Elaborado por:

ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO

Subgerente de Operações

Matrícula: 146.523-6

(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

Secretário de Estado da Fazenda

Matrícula nº 171.798-7

(assinado eletronicamente)

Gerência de Tecnologia da Informação - GTI

Rua Prefeito Osvaldo Pessoa, 452 Jaguaribe – CEP 58015-510 – João Pessoa/PB





Proposta Comercial

Ao Governo do Estado da Paraíba

Objeto: Contratação de solução de Sala Segura para os equipamentos de informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Secretaria (Data Center), incluindo todos os componentes e peças que integram a referida sala, bem como os serviços de elaboração dos projetos executivos, fornecimento da documentação técnica completa, instalação, suporte técnico e treinamento para operação e manutenção da solução implantada.

Lote	Item	Descrição	Qtd	Unid	R\$ Unit	R\$ Total
1	1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	1	und	R\$ 5.525.750,00	R\$ 5.525.750,00
	2	Projetos e documentação	1	und	R\$ 19.654,78	R\$ 19.654,78
	3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	30	horas	R\$ 422,91	R\$ 12.687,34
	4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	56	meses	R\$ 13.990,00	R\$ 783.440
Total Lote 1						R\$ 6.341.532,12

Detalhamento dos itens necessários que devem compor a sala segura, com seus respectivos quantitativos:

Item	Descrição	Qtd	Und	R\$ Unit	R\$ Total
1	Fornecimento e instalação de data center modular indoor	1			
1.1	Fornecimento e Instalação de Sistema de Infraestrutura de Alimentação Elétrica (Quadros, Circuitos Elétricos, Infraestrutura Seca, entre outros)	1	und	R\$ 549.260,00	R\$ 549.260,00
1.2	Fornecimento e Instalação de UPS (Fonte de Energia Ininterrupta) modular com potência nominal de 60kW	2	und	R\$ 599.890,00	R\$ 1.199.780,00
1.3	Fornecimento e Instalação de Rack de TI padrão 19" com sistema de confinamento e acessórios	8	und	R\$ 88.190,00	R\$ 705.520,00
1.4	Fornecimento e Instalação de Climatização de precisão do tipo Inrow	4	und	R\$ 299.680,00	R\$ 1.198.720,00
1.5	Fornecimento e Instalação de Sistema de Gerenciamento de Infra-Estrutura de Data Center (DCIM)	1	und	R\$ 279.550,00	R\$ 279.550,00
1.6	Fornecimento e Instalação de Sistema de Cabeamento de Rede e Fibra Óptica	1	und	R\$ 998.900,00	R\$ 998.900,00
1.7	Fornecimento e Instalação de Sistema de Controle de Acesso e CFTV	1	und	R\$ 199.720,00	R\$ 199.720,00
1.8	Fornecimento e Instalação de Piso Elevado e execução de adequações civis - ambiente com área de 26,1m ²	1	und	R\$ 394.300,00	R\$ 394.300,00
Total Item 1					R\$ 5.525.750,00

CNPJ: 43.347.330/0001-60 – Rua Senador Jaime, nº 453, Lts 7/8, Setor Campinas, Goiânia-GO, CEP 74525-010
www.lamarolima.com



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIÁLVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03



2	Projetos e Documentação	1			
2.1	Elaboração e entrega dos projetos executivos, As Built, plantas técnicas, memoriais descritivos, manuais de operação e manutenção, certificados de ensaio e garantia, databook técnico e demais documentos de apoio à gestão, operação e manutenção do Data Center.	1	und	R\$ 19.654,78	R\$ 19.654,78
3	Treinamento e repasse de conhecimento/tecnologia	30			
3.1	Realização de treinamento técnico presencial para equipe da SEFAZ, abrangendo operação, manutenção básica, monitoramento e procedimentos de contingência dos sistemas implantados, com fornecimento de material didático e certificado de participação.	30	horas	R\$ 422,91	R\$ 12.687,34
4	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	56			
4.1	Serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva	56	meses	R\$ 13.990,00	R\$ 783.440
Total					R\$ 6.341.532,12

Total do LOTE 1 (Item 1 + Item 2 + Item 3 + Item 4) – R\$ 6.341.532,12 (Seis Milhões, Trezentos e Quarenta e Um Mil e Quinhentos e trinta e dois reais, com doze centavos).

Alíquota de ISS: 5%

Alíquota de ICMS: 20%

Validade da proposta: 90 dias

Data da proposta: 6 de novembro de 2025

Prazo de entrega: 120 dias

Modo de pagamento: Empenho

CNPJ: 43.347.330/0001-60

Endereço: Rua Senador Jaime, 453, Setor Coimbra, Goiânia-GO, CEP 74525-010

Fone para contato: 62 99889-0955

Nome do responsável: Rauni Lamaro

Cargo do responsável: Diretor

Email: rauni@lamarolima.com

LAMARO LIMA ENGENHARIA
E SOLUCOES INTELIGENTES
LT:43347330000160

Assinado de forma digital por LAMARO
LIMA ENGENHARIA E SOLUCOES
INTELIGENTES LT:43347330000160
Dados: 2025.11.06 22:15:09 -03'00'

Rauni Lamaro Lima

Representante Legal

CPF 728.254.561-87

Lamaro Lima Engenharia e Soluções Inteligentes LTDA

CNPJ: 43.347.330/0001-60

CNPJ: 43.347.330/0001-60 – Rua Senador Jaime, nº 453, Lts 7/8, Setor Campinas, Goiânia-GO, CEP 74525-010
www.lamarolima.com



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIÁLVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03



RES: Prorrogação do prazo para envio de propostas - Solicitação de Proposta de Preços - Estimativa de Valor - Contratação de solução de Sala Segura

De Rauni Lamaro <rauni@lamarolima.com>

Data Qui, 06/11/2025 22:17

Para SEFAZ - Elen Everllien S. L. Pinto <elen.pinto@sefaz365.pb.gov.br>; SEFAZ - Ciro Moreira de Melo Filho <ciro.melo@sefaz365.pb.gov.br>; CODATA - Sergio Rafael Soares Fragoso <sergio.fragoso@codata365.pb.gov.br>; SEFAZ - Marx Fernandes de Gusmao <marx.gusmao@sefaz365.pb.gov.br>

 1 anexo (609 KB)

Proposta Comercial-SEFAZ-PB-6-11-25.pdf;

Bom dia, Elen.

Segue proposta revisada conforme solicitação.

Att,



Rauni Lamaro

rauni@lamarolima.com

62 9.9889-0955

www.lamarolima.com

De: SEFAZ - Elen Everllien S. L. Pinto <elen.pinto@sefaz365.pb.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 6 de novembro de 2025 09:17

Para: SEFAZ - Ciro Moreira de Melo Filho <ciro.melo@sefaz365.pb.gov.br>; CODATA - Sergio Rafael Soares Fragoso <sergio.fragoso@codata365.pb.gov.br>; SEFAZ - Marx Fernandes de Gusmao <marx.gusmao@sefaz365.pb.gov.br>

Cc: Rauni Lamaro <rauni@lamarolima.com>; tophermica@gmail.com; vitor@tecnoservdf.org; vinicius.caetano@connectserv.com.br; rafael.durante@dcare.com.br; Luis Fernando Oura H. Marques <luis.marques@x-oneit.com>; Cesar Luiz Floriano <cesar.floriano@green4t.com>; comercial@zerohum.com.br; comercial@pronet-pe.com.br; SALOMÃO SOARES <salomao@qualestecnologia.com.br>

Assunto: Prorrogação do prazo para envio de propostas - Solicitação de Proposta de Preços - Estimativa de Valor - Contratação de solução de Sala Segura

De: SEFAZ - Elen Everllien S. L. Pinto

Enviado: quarta-feira, 29 de outubro de 2025 12:38

Para: SEFAZ - Marx Fernandes de Gusmao <marx.gusmao@sefaz365.pb.gov.br>; SEFAZ - Ciro Moreira de Melo Filho <ciro.melo@sefaz365.pb.gov.br>; SEFAZ - Adriano Fabio Querino de Brito <adriano.brito@sefaz365.pb.gov.br>; SEFAZ - Morgana Teixeira de Barros Pereira <morgana.pereira@sefaz365.pb.gov.br>; CODATA - Sergio Rafael Soares Fragoso



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIÁLVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03

<sergio.fragoso@codata365.pb.gov.br>

Cc: Rauni Lamaro <rauni@lamarolima.com>; topthermica@gmail.com <topthermica@gmail.com>; vitor@tecnoservdf.org <vitor@tecnoservdf.org>; vinicius.caetano@connectserv.com.br <vinicius.caetano@connectserv.com.br>; rafael.durante@dcare.com.br <rafael.durante@dcare.com.br>; Luis Fernando Oura H. Marques <luis.marques@x-oneit.com>; Cesar Luiz Floriano <cesar.floriano@green4t.com>; comercial@zerohum.com.br <comercial@zerohum.com.br>; comercial@pronet-pe.com.br <comercial@pronet-pe.com.br>

Assunto: Solicitação de Proposta de Preços - Estimativa de Valor - Contratação de solução de Sala Segura

Prezado(a),

A Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB) convida Vossa Senhoria a apresentar **proposta de preços** referente a Contratação de solução de Sala Segura para os equipamentos de informática que compõem a infraestrutura tecnológica da Secretaria (Data Center), incluindo todos os componentes e peças que integram a referida sala, bem como os serviços de elaboração dos projetos executivos, fornecimento da documentação técnica completa, instalação, suporte técnico e treinamento para operação e manutenção da solução implantada, **conforme especificações técnicas detalhadas nos arquivos em anexo e modelo de proposta de preços.**

Solicitamos o envio da proposta **assinada** e em **papel timbrado da empresa**, contendo os **respectivos dados cadastrais.**

Informamos que o prazo será **prorrogado por mais 3 (três) dias.** Solicitamos resposta até dia **11/11/2025 às 10h.**

Reforçamos a importância do envio dentro do novo prazo, a fim de darmos continuidade ao processo.

A proposta deverá conter, no mínimo:

- a) descrição do objeto, o valor unitário e o valor total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física — CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ do proponente;
 - Nome/Razão Social da empresa;
 - CNPJ/MF;
 - Inscrição Estadual;
 - Inscrição Municipal;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato (Fone / FAX / E-mail);
- d) data de emissão;
- e) nome completo e identificação do responsável.

O prazo de entrega dos serviços será de até **120 (cento e vinte) dias**, contados da emissão da Ordem de Compra.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Elen Everllien
Assessora Técnica
Secretaria de Estado da Fazenda



Assinado com senha por [FAZ116083] [SENHA] ADRIANO FABIO QUERINO DE BRITO em 12/01/2026 - 09:35hs e [FAZ43197] [SENHA] MARIÁLVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO em 12/01/2026 - 10:26hs.
Documento Nº: 8480238.82498046-5180 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8480238.82498046-5180>



FAZPRC202501041V03

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Serviços de Gerenciamento de Sistemas Computacionais	1	UND SERVIÇO TECNICO
2	Serviços de Gerenciamento de Sistemas Computacionais	1	UND SERVIÇO TÉCNICO
3	Treinamento Informática - Sistema / Software	30	HORA
4	Serviços de Garantia de Equipamentos de TIC	56	MÊS / MESES